



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE MAIO DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, de requerimentos apresentados e de respostas a requerimentos de vários Srs. Deputados.

A Assembleia rejeitou o voto de protesto apresentado na última sessão pelo PSD contra declarações recentes do Sr. Primeiro-Ministro e de um Deputado do PS pondo em causa a independência da magistratura e pretendendo pressioná-la, tendo formulado declaração de voto os Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDP) e Menores Pimentel (PSD).

O Sr. Deputado Amaro da Costa (CDS) apresentou um voto de saudação à magistratura portuguesa, motivando um protesto do Sr. Deputado Amândio de Azevedo (PSD). Pronunciaram-se sobre este voto, cuja votação ficou adiada para a próxima reunião, a requerimento do PCP, os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Acácio Barreiros (UDP), Aires Rodrigues (Indep.) e Brás Pinto (Indep.).

O Sr. Deputado Sousa Marques (PCP) focou a necessidade da definição do regime jurídico dos trabalhadores das instituições da Previdência e da alteração da tabela salarial da função pública.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) falou sobre as manifestações dos trabalhadores no 1.º de Maio, que saudou, e a sua importância para uma jornada de luta a nível nacional. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento e a um protesto do Sr. Deputado Carlos Brito (PCP).

O Sr. Deputado Abreu Lima (CDS) protestou contra actos de violência de que foram vítimas elementos da Juventude Centrista em Caminha, pedindo providências. O orador e o Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS) responderam depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Salgado Zenha (PS) e Severiano Falcão (PCP).

O Sr. Deputado João Manuel Ferreira (PSD) deplorou os inconvenientes e prejuízos dos recentes temporais para os pescadores da Nazaré. O Sr. Presidente associou-se às suas palavras.

Ordem do dia. — A requerimento do PSD e PCP, teve lugar a formulação de perguntas ao Governo, usando da palavra para o efeito os Srs. Deputados Marques Mendes (PSD) — que respondeu a um protesto do Sr. Deputado Mendes Godinho (PS) —, Sousa Marques (PCP), Veiga de Oliveira (PCP), Custódio Gingão

(PCP), Vítor Louro (PCP) e Zita Seabra (PCP), que também fizeram pedidos de esclarecimento, além do Sr. Deputado Carlos Brito (PCP).

Os Srs. Ministros das Finanças e do Plano (Vítor Constâncio) e da Educação e Cultura (Mário Sottomayor Cardia) e os Srs. Secretários de Estado da Estruturação Agrária (António Campos) e do Fomento Agrário (Vaz Portugal) responderam, nas partes respectivas, às perguntas e pedidos de esclarecimento.

Foi lido pelo Sr. Deputado Alexandre Reigoto (CDS) um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição do Sr. Deputado Jorge Leite (PCP), que foi aprovado.

No decorrer da sessão a Mesa informou de um pedido de autorização para que o Sr. Deputado Domingos Abrantes preste declarações no Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e da apresentação pelo Presidente do Governo Regional da Madeira do plano para a concretização da autonomia.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 40 minutos.

No decorrer da sessão, tomaram lugar na bancada do Governo os Srs. Ministros das Finanças e do Plano (Vítor Constâncio) e da Educação e Cultura (Mário Sottomayor Cardia) e os Secretários de Estado da Orientação Pedagógica (Romero Magalhães), da Estruturação Agrária (António Campos) e do Fomento Agrário (Vaz Portugal).

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alfredo Pinto da Silva.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Barros dos Santos.
 António Chaves Medeiros.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Pinheiro Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Riço Calado.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 David dos Santos Silva.
 Dieter Dellinger.
 Etevina Lopes de Almeida.
 Fernando Gomes Vasco.
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Henrique Manuel Velez Marques dos Santos.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 José Ferreira Dionísio.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Maria Teresa Madeira Vidigal.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Telmo Ferreira Neto.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 António das Neves Costa.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Arcanjo Nunes Luis.
 Cirilo Oliveira Marinho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José da Costa.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 José Alberto Ribeiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Bento Gonçalves.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Olívio da Silva França.
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Pistacchini Gomes Moita.
 António Simões da Costa.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João Manuel K. Gomes da Silva Gravato.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Maria José Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduardo Sá Matos.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel do Rosário Moita.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Ferro Falcão.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 131 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário Pinto da Silva vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Alfredo Pinto da Silva): — Vou ler um telegrama da Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril na Madeira, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República:

Grupo de antifascistas democratas comemorando 25 Abril foram dispersos cacetada pela PSP que protege provocadores separatistas ostentando impunemente camisolas da FLAMA stop Recinto autorizado para pintura infantil invadido pela polícia stop Membros Comissão Organizadora foram impedidos pela polícia contactar Gabinete Ministro da República para informar dos acontecimentos 25 Abril não foi dia liberdade na Madeira viva 25 Abril.

Deu-se conta de mais o seguinte

EXPEDIENTE

Exposição

Exposição assinada por vários sindicatos, em que os mesmos expressam solidariedade activa às formas de acção desenvolvidas pelos trabalhadores civis dos estabelecimentos fabris militares e dos trabalhadores civis dos três ramos das forças armadas com vista à criação de condições efectivas que garantam a livre prática sindical no seio desses organismos, solicitando ainda audiências do Sr. Presidente da Assembleia da República e à Comissão de Assuntos Constitucionais.

Ofícios da Câmara Municipal do concelho de Almada, enviando texto das moções aprovadas durante a concentração e manifestação contra o aumento do custo de vida, realizada no passado dia 13 de Abril, e entregues naquela Câmara pela coordenadora das comissões de trabalhadores do concelho de Almada;

Ofício, subscrito pelo Sr. Abílio Alves dos Santos, em nome de emigrantes portugueses na República Federal da Alemanha, enviando um abaixo-assinado, contendo noventa e sete assinaturas de emigrantes da região de Rheine, apoiando a liberdade de ensino em Portugal e a liberdade de escolha por parte dos pais do ensino e da escola para os filhos;

Dois ofícios da Junta de Freguesia do Lumiar, Lisboa, enviando cópia de moções aprovadas em reunião da respectiva Assembleia de Freguesia, nas quais se repudia o fogo posto que destruiu parcialmente a Faculdade de Ciências de Lisboa e exigindo a punição exemplar dos culpados, expressam-se votos de congratulação pela passagem do 2.º aniversário

rio da Constituição da República e chama-se a atenção da Assembleia da República para a necessidade da aprovação e publicação da lei das finanças locais;

Ofícios e moções das entidades a seguir referidas, solicitando a urgente discussão e aprovação por esta Assembleia da lei das finanças locais: Assembleia de Freguesia de Palhais, Junta de Freguesia de Agualva, Câmara Municipal de Portimão, Assembleia de Freguesia de Santo Estêvão, Assembleia Municipal do Concelho de Alcanena, Assembleia de Freguesia de S. Jorge de Arroios, Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e Assembleia Municipal de Penafiel.

Memorando

Sobre a situação actual dos trabalhadores despedidos colectivamente pela Agfa-Gevaert, Indústrias Fotográficas Portuguesas, L.ª, em Abril de 1977, e entregue por uma delegação recebida nesta Assembleia em 28 de Abril findo.

Abaixo-assinados

Cujo primeiro signatário identificável é a Sr.ª D. Madalena Félix, subscrito por moradores da freguesia do Coração de Jesus, Lisboa, no qual protestam contra as recentes medidas de aumento do custo de vida;

De trabalhadores da empresa Siderurgia Nacional (fábrica da Maia), cujo primeiro signatário é o Sr. Francisco Ribeiro Cancelo, repudiando as atitudes arbitrárias do conselho de gerência ao pôr em prática regulamentos internos lesivos dos seus direitos e exigindo a reposição dos direitos dos trabalhadores já violados e o respeito dos acordos firmados entre o conselho de gerência e as organizações dos trabalhadores.

Diversos

Telegramas, moções e ofícios repudiando as agressões de que foi vítima em Ponta Delgada o Sr. Ministro Almeida Santos, das seguintes entidades: Assembleia Municipal da Maia, Comissão Eleitoral Unitária de Campolide, comissão de trabalhadores da Corame, Junta de Freguesia de Campanhã, secção de Ramalde (Porto) do Partido Socialista, Assembleia de Freguesia de S. João Baptista (Campo Maior), Câmara Municipal de Portimão, núcleo do Partido Socialista da Standard Eléctrica;

Telegramas, moções, cartas e abaixo-assinados de congratulação e regozijo pela passagem do 4.º aniversário da Revolução de Abril, das seguintes entidades: de cidadãos portugueses reunidos na cidade de Maputo (Moçambique), de um grupo de cooperantes portugueses presentemente a trabalhar na cidade da Beira (Moçambique), da comissão de moradores de Coimbrões, de um grupo de portugueses emigrantes em Hagen, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Porto, da comissão coordenadora geral das comissões de trabalhadores da EDP — Electricidade de Portugal, da comissão de trabalhadores de Indústrias Térmicas Nunes Correia, S. A. R. L., dos trabalhadores do Grande Hotel do Porto e dos trabalhadores da TAP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, durante a última sessão foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Ministério dos Assuntos Sociais, formu-

lado pelos Srs. Deputados Joaquim Felgueiras e Sá Matos; à Secretaria de Estado da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Gomes e José Jara.

Foram recebidas as seguintes respostas a requerimentos: do Ministério da Defesa, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Acácio Barreiros, na sessão de 17 de Janeiro findo; do Ministério da Agricultura e Pescas, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Carvalho Cardoso, na sessão de 18 de Novembro de 1977; da Secretaria de Estado da Energia e Indústrias de Base, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Marques Mendes, na sessão de 2 de Fevereiro passado; da Secretaria de Estado da Comunicação Social, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Marques Mendes, Braga Barroso, Fernando Roriz, Sérvulo Correia, Cunha Rodrigues, Olívio França, Armando Correia, Helena Roseta, João Ferreira, Amândio de Azevedo e Moura Guedes, na sessão de 13 de Dezembro de 1977; das Direcções-Gerais do Ensino Secundário e do Ensino Superior, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Monteiro de Andrade, na sessão de 17 de Janeiro do ano corrente.

Entretanto, a Mesa foi informada de que o CDS e os Srs. Deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira pretendem apresentar votos de saudação e de protesto, respectivamente.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto de protesto apresentado pelo PSD na última sessão plenária.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — O Sr. Presidente dá-me licença que use da palavra?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma vez que parece não estar claro se há ou não há quórum para votar, o CDS, nos termos regimentais, pedia a interrupção da sessão por um período de quinze minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é evidente que se concede a interrupção, mas devo informá-lo de que já há quórum para votação, para o que faltava só um Sr. Deputado, e, entretanto, deram entrada no plenário vários Srs. Deputados.

Está interrompida a sessão por 15 minutos.

Eram 15 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a sessão está reaberta.

Eram 16 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto de protesto apresentado pelo PSD.

Submetido à votação, foi rejeitado com votos contra do PS, do CDS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Vital Rodrigues, Brás Pinto, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira e votos a favor do PSD.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Para uma declaração de voto, uma vez que o meu partido não entrou na discussão deste voto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é meu entendimento, embora vá consultar a Mesa nesse sentido, que os Srs. Deputados que usaram da palavra, por cinco minutos, na última sessão durante o prolongamento do período de antes da ordem do dia, intervieram na discussão do voto e por isso não podem fazer declarações de voto. Só poderão fazer declarações de voto o PSD e a UDP, se assim o entendem.

Esta é a minha opinião, mas vou consultar a Mesa. De qualquer modo, a Assembleia é soberana e poderá recorrer da decisão da Mesa, se por acaso discordar.

Pausa.

Srs. Deputados, a Mesa decidiu, por maioria, no sentido do raciocínio que acabei de expor.

Portanto, se o CDS não estiver de acordo, poderá recorrer.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, recordo à Mesa que na última reunião eu próprio tive ocasião de solicitar o adiamento da votação, ao abrigo da praxe regimental, e teria ficado por aí, sem intervir mais, se não tivesse havido uma intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira esclareceu o seguinte: não era necessário que o CDS tivesse demandado o adiamento da votação, já que nos encontrávamos no prolongamento do período de antes da ordem do dia e, por consequência, não se poderia efectivar a votação. Isto é, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira disse, e a Mesa não o contradisse, que a votação não se poderia efectivar durante aquele prolongamento pelo facto de nele não poder ter lugar. Dada essa interpretação, que não sofreu contradição por parte da Mesa, interviu durante esse prolongamento ao abrigo de uma disposição regimental autónoma, fazendo uma breve intervenção acerca do problema das relações mútuas entre os Órgãos de Soberania, . . .

Risos do PSD.

. . . não tendo, por consequência, visado explicitamente — nem foi esse o meu objectivo — o voto apresentado pelo PSD.

A minha intervenção, tal como as outras que se efectivaram nessa altura, teve a duração, salvo erro, de cinco minutos, que é o período regimentalmente atribuído a cada partido durante o prolongamento do período de antes da ordem do dia, mas não é o período regimentalmente previsto para a discussão de quaisquer votos nos mesmos termos. Se a inter-

venção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, que não sofreu contradita por parte da Mesa, resultou de uma interpretação abusiva, então, Sr. Presidente, penso que a Mesa o deveria ter dito logo na altura, e eu não teria sido forçado a intervir naquele período de prolongamento. Se não foi assim, a Mesa deveria, em meu entender, tomar neste momento uma atitude diferente.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta questão processual convém esclarecer dois pontos.

Em primeiro lugar, durante o prolongamento do período de antes da ordem do dia não pode haver lugar a votações nem a declarações de voto. Esse prolongamento destina-se a que cada grupo parlamentar use da palavra por um período de cinco minutos, no máximo, e não se prevê que nele haja votações. Foi isso que recordei quando o Sr. Deputado Amaro da Costa requereu que fosse adiada a votação. Esta é uma primeira questão que fica esclarecida.

Segunda questão: Efectivamente, recordo-me que quer o CDS quer o próprio Partido Comunista Português, a minha bancada, utilizaram os cinco minutos de que dispunham. Este tempo é exactamente igual àquele que o Regimento prevê para a discussão do voto, no caso de haver declaração de voto por parte do partido que não se tenha pronunciado durante a discussão, e o Regimento prevê apenas três minutos para aduzir considerações acerca do mesmo. Naturalmente que esta bancada assim fez. Devo dizer que não é lícito que seja obrigatória esta interpretação, e que o CDS pode, perfeitamente, sem infringir o meu preceito, dizer-nos que o que fez foi uma intervenção que, por acaso, era toda sobre o voto, mas que não era intervenção sobre o voto, e sim a utilização dos cinco minutos do referido prolongamento.

Por acaso o Sr. Deputado até não disse mesmo mais nada a não ser sobre o voto; por acaso foi mesmo uma intervenção sobre o voto. Se o CDS entende que não era sobre o voto que estava a falar, a Assembleia decidirá se ele terá agora o direito de formular uma declaração de voto.

Pelo nosso lado, aproveitamos já os cinco minutos para intervir sobre o voto, pelo que agora não pediremos para fazer uma declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Meneres Pimentel.

O Sr. Meneres Pimentel (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço a palavra para intervir no debate sobre o recurso interposto pelo Centro Democrático Social.

Creio não haver qualquer dúvida, para quem lê atentamente os artigos 84.^º e 86.^º do Regimento, de que aqueles que intervieram sobre a discussão do voto não podem fazer qualquer declaração sobre o mesmo, e o CDS, o PCP e o PS assim fizeram. O Re-

gimento não faz qualquer distinção entre o período de antes da ordem do dia e o seu prolongamento; pelo contrário, unifica as duas situações. Portanto, deve ser negado provimento ao recurso interposto pelo Centro Democrático Social, que, como acaba de ser dito e consta das provas do *Diário* fornecidas pelos serviços da Assembleia, se pronunciou exclusivamente sobre o voto do PSD, mencionando-o até expressamente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Regimento, de facto, não explicita se os cinco minutos que podem ser usados por cada partido no prolongamento do período de antes da ordem do dia podem ser utilizados para a discussão de qualquer voto, mas também não diz o contrário. Donde se entende que os partidos que intervieram nesse prolongamento se pronunciaram sobre o voto, discutindo-o. Naturalmente que o prolongamento foi utilizado na discussão do voto e, portanto, considera-se que o voto foi discutido pelos partidos que intervieram durante o mesmo. Nesta medida, a Mesa mantém a sua decisão, e interpreto a intervenção do Sr. Deputado Amaro da Costa como sendo um recurso da decisão da Mesa.

Não é assim, Sr. Deputado Amaro da Costa?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, não quero forçar a Câmara e usar da palavra quando há alguém com dúvidas sobre o direito que eu tenho de o fazer. E já que o Sr. Deputado Meneres Pimentel foi tão zeloso em interpretar no sentido restritivo e, portanto, contrário à expressão dos nossos pontos de vista os dispositivos regimentais, naturalmente que não forçaremos o recurso, já que na Mesa apresentámos em devido tempo um voto sobre uma matéria análoga, sendo evidente que usaremos da palavra a propósito desse voto. Não precisamos da benevolência da interpretação mais positiva, que, a nosso ver, tem valimento, por parte do PSD.

O Sr. Presidente: — Seguidamente vão usar da palavra para fazer declarações de voto a UDP e o PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio -Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP votou contra o voto do PSD, em primeiro lugar, porque, mesmo em relação à independência dos tribunais, entendemos que ela tem de ser vista no quadro da Constituição. Isto é: os artigos da Constituição referentes ao Poder Judicial fazem parte de um todo que é o texto constitucional, ao qual o PSD tem dirigido tantas críticas.

Em nosso entender, o direito à crítica está também consignado na Constituição. Nenhum Órgão de Soberania está de alguma forma protegido da crítica da opinião pública ou dos partidos políticos. Sendo assim, os tribunais não estão protegidos dessa crítica, nem estão fora dessa crítica. O facto de estarem sujeitos à crítica não vai contra a independência dos tribunais, não vai contra a independência do próprio Presidente da República ou de qualquer outro Órgão de Soberania, porque, a interpretar assim a Constituição, como o PSD pretende interpretar, chegariamos à conclusão de que antes do 25 de Abril é que os tribunais eram de facto independentes, o que é

falso, visto que toda a crítica era abafada, e, na verdade, não se podia proceder a críticas públicas, porque a própria PIDE se encarregava de as impedir.

Pensamos que depois do 25 de Abril é que podem ser criadas condições para o exercício independente do poder judicial. Independência que vai, aliás, no sentido de o juiz poder confrontar opiniões, aproveitar opiniões positivas dadas pela opinião pública, e não se portar como um monarca, senhor do poder absoluto. Pelo contrário, deverá ouvir as opiniões dos vários sectores acerca dos casos que tem em julgamento e não se limitar ao exercício formal de ouvir apenas a defesa e a acusação. Nesse sentido, penso que a independência dos tribunais não foi em nada ferida.

A UDP tem mantido nesta Assembleia a coerência de ter dirigido por diversas vezes críticas em relação ao Poder Judicial. Não tem sido apoiada, e inclusivamente, o próprio Ministro Almeida Santos declarava em tempos nesta Assembleia: «Mal irá o País quando nos permitirmos julgar os julgadores do ângulo da nossa visão pessoal.» Nessa altura protestámos contra essa posição, alertámos o Partido Socialista para o facto de que pretender manter uma independência do Poder Judicial ao ponto de não se poder pronunciar quem quer que seja sobre as suas decisões ou sobre a forma como estavam a ser conduzidos os processos era pretender criar um corpo que estaria fora da própria Constituição, o que, nesse sentido, era uma posição anticonstitucional.

O que é claro é que as posições do PSD — como já foi feito notar nesta Assembleia — são posições que no fundo caem numa contradição e, até certo ponto, num ridículo, porque o Poder Judicial é um Órgão de Soberania e o PSD defende que não se deve dirigir críticas ou interferir na actividade dos Órgãos de Soberania, mas, na verdade, o que o PSD quer dizer é que não se deve interferir naqueles órgãos que estão a actuar de acordo com os seus pontos de vista.

O PSD tem criticado outros Órgãos de Soberania, nomeadamente o Presidente da República, sobre o que tem reclamado seu direito, que, aliás, pensamos que lhe assiste, mas não quer críticas em relação ao Poder Judicial.

Assim, chegamos à conclusão de que não se está aqui a discutir uma questão abstracta e geral, mas, sim, uma questão concreta. Na verdade, o que está por detrás disto é que o PSD apoia a decisão que o Poder Judicial ou certo juiz — porque não vamos implicar nisso todo o Poder Judicial — tomou em relação à libertação de elementos da FLA.

Temos acusado aqui que as actividades separatistas e terroristas nos Açores têm tido a cobertura das autoridades regionais, nomeadamente do Governo Regional, da responsabilidade do PSD, e o que o PSD aqui vem fazer é tentar continuar a dar essa cobertura, mesmo quando um órgão judicial acaba por ilibar de forma escandalosa elementos da FLA.

Nós entendemos que o Poder Judicial tem de ser criticado, na certeza de que é o único poder neste país que não sofreu qualquer saneamento após o 25 de Abril, pelo contrário — como já aqui tem sido denunciado por várias pessoas, entre as quais o Dr. Raúl Rêgo —, aqueles que foram juízes de tribunais plenários estão reintegrados ou ocupam posições

no Supremo Tribunal de Justiça, nos tribunais das relações e na própria Polícia Judiciária. Pensamos que isso tem de ser denunciado, porque aqueles que foram os juízes dos antifascistas não podem hoje ser juízes dos fascistas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, informo-o de que já esgotou e ultrapassou os seus três minutos.

O Orador: — Eu penso que são cinco minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — As declarações de voto são de três minutos, Sr. Deputado.

O Orador: — Eu termino rapidamente, Sr. Presidente.

Nesse sentido, nós continuaremos a exercer não só essa crítica aos actos concretos desse Poder Judicial, mas sobretudo a exigir que neste país, para que se possa falar desse Poder Judicial dentro do espírito da Constituição, o sejam de facto saneados aqueles que defenderam o regime anterior, que estiveram com ele comprometidos, nomeadamente nos tribunais plenários, e protestar contra o escândalo da sua presença no actual Poder Judicial.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Menes Pimentel.

O Sr. Menes Pimentel (PSD): — O que esta Assembleia rejeitou foi a reafirmação do princípio de que os Órgãos de Soberania devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — O que esta Assembleia rejeitou foi a independência dos tribunais face a qualquer outro Órgão de Soberania, com a única sujeição à lei.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do CDS.

O Orador: — O que esta Assembleia terminou por rejeitar foi um protesto contra declarações do Primeiro-Ministro e de um Deputado aqui nesta Câmara que põem em causa os artigos 114.º, n.º 1, e 208.º da Constituição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — E tudo isto com a seguinte fundamentação:

1.º Devem acatar-se as decisões judiciais, mas não respeitá-las;

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É falso!

O Orador: — 2.º Não se deve coartar a liberdade da Assembleia e do próprio Governo para tomar as

posições que entendam dever tirar face a decisões iníquas, injustas e, algumas vezes, até desumanas;

3.º O voto pretendia subtrair os actos dos juízes à crítica;

4.º A decisão judicial criticada pelo Primeiro-Ministro e por um Deputado era um acontecimento político.

Vozes do CDS: — Não é verdade!

O Orador: — 5.º O voto pretendia defender um acto praticado não em defesa do Estado democrático, mas contra o Estado democrático;

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — 6.º Que a nossa posição é contraditória porque entendeu não dever a Assembleia emitir juízos sobre a actuação do Presidente da República, mas já entende que a mesma Assembleia se deve pronunciar sobre declarações de um membro do Governo ou de um Deputado sobre os tribunais;

7.º O voto representava uma intimidação sobre a Assembleia da República, na medida em que procurava calar esta quanto a crítica aos tribunais.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É verdade! E não só!

O Orador: — Resulta do exposto uma deficiente leitura do voto e uma errada interpretação da Constituição.

O Presidente da República não deve ver a sua actuação louvada ou denegrida pela Assembleia da República, conforme o acentuou aqui, no dia 25, o general Ramalho Eanes.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Também a Assembleia da República não está sujeita a críticas de qualquer outro Órgão de Soberania, a não ser do Governo, quando estiver em causa uma moção de rejeição ou de confiança.

Os tribunais apenas têm uma sujeição, que é a lei, e esta, num Estado de direito democrático como o nosso, é igual à vontade popular, manifestada através da Assembleia ou do Governo. Daqui o administrarem a justiça em nome do povo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Isto nada tem a ver com o voto.

O Orador: — Se administrarem mal a justiça, é evidente estarem sujeitos a críticas não de Órgãos de Soberania, mas ao poder disciplinar do Conselho Superior da Magistratura e à crítica da opinião pública, . . .

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Qual opinião pública?

O Orador: — . . . conforme referiu o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a crítica que se pretendia rejeitar com o nosso voto ainda é mais grave porque dirigida contra uma decisão ainda não transitada em julgado, isto é, ainda não definitivamente assente. E isto é uma forma gravíssima de intromissão na consciência de um magistrado. É ao Ministério Público que compete restabelecer a unidade consequente à separação de poderes do Governo, dos tribunais e da Assembleia da República. É através daquela magistratura que o Governo deve apreciar e criticar os actos jurisdicionais. A Assembleia da República nada tem a ver com a actuação concreta dos juízes, a não ser através de petições que lhe sejam dirigidas.

Se o Sr. Deputado Amaro da Costa se sente intimidado com esta doutrina constitucional, a ponto de ameaçar com a sua demissão, pior para ele e, eventualmente, melhor para o País.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — De resto, até no tempo do fascismo, neste mesmo lugar, foi vivamente contrariada a atitude de um Deputado que criticou uma decisão judicial que havia absolvido o Padre Mário, de Macieira de Lixa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, era para o informar de que ultrapassou os três minutos.

O Orador: — Eu vou terminar, Sr. Presidente.

Com efeito, se a autoridade se estrutura à margem da divisão dos poderes, é vã qualquer tentativa de limitação: se é o mesmo o que legisla, o que aplica a lei e o que fiscaliza essa aplicação e exerce o policiamento da liberdade das pessoas e da repressão, estamos pura e simplesmente na órbitra de um totalitarismo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, convém lembrar ter sido Vichinsky quem, a seguir à Constituição Soviética, defendeu a submissão dos tribunais ao Poder Executivo, aliás em coerência com aquele texto constitucional.

O Sr. Víctor Louro (PCP): — Tinha de aproveitar para se referir à URSS!

O Orador: — Rejeitando o voto que visava condenar a interferência do Governo e da Assembleia da República na actividade dos tribunais, a Assembleia prestou um péssimo serviço à democracia. Esta só se robustece com a crítica, dentro dos tribunais e através do Conselho Superior da Magistratura e da opinião pública dos actos dos juízes. Qualquer outra forma de pressão é ilegítima. Não o entenderam assim os outros grupos parlamentares. Pois é mal que isso tenha acontecido.

Aplausos do PSD.

Vozes do CDS: — Não apoiado! Pura demagogia!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Presidente, Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para a apresentação de um voto de saudação.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mal vão as coisas quando se pretende, a propósito de tudo e de nada, partidarizar as questões, transformá-las em pseudoconflitos e forjar atritos entre Órgãos de Soberania.

O PSD apresentou à Assembleia da República um voto de protesto, no qual, além de várias considerações, propunha que a Assembleia reafirmasse a sua obediência à Constituição e lembrava ao Governo alguns dispositivos constitucionais.

A Assembleia não precisa de reafirmar a sua obediência à Constituição e mal estará quando tiver de o fazer. Pior ainda quando tiver de o fazer por mão do PSD.

Risos.

O Governo não precisa de ser recordado quanto aos dispositivos constitucionais, já que não praticou qualquer acto que de alguma forma pudesse ser interpretado como lesivo da independência dos tribunais ou dos magistrados. Como o Governo não praticou nenhum acto dessa natureza, recordar-lhe a necessidade de acatar os dispositivos constitucionais que dizem respeito à organização dos tribunais é um acto gratuito que só pode ser interpretado como fruto de uma tentação permanente de descobrir problemas onde eles não existem ou de forjá-los quando eles não acontecem.

Vozes do CDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — O voto do PSD tinha uma lógica: a de empolar afirmações que foram proferidas no sentido de agudizar um clima de opinião pública favorável ao conflito entre os Órgãos de Soberania.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O voto do PSD afirmava que declarações recentes puseram em causa a independência da magistratura pretendendo condicionar-a. Isso não é verdade, pois nenhuma declaração, que eu saiba, foram proferidas no sentido de condicionar decisões que viesssem a ser tomadas mais tarde pelos órgãos próprios do Poder Judicial.

Ninguém pôs em causa — ao contrário do que o PSD afirma — a necessidade de se acatar as decisões dos juízes ou dos tribunais, considerando por acatar o respeito pelas mesmas decisões.

Reivindica o PSD o direito constitucional que assiste a esta Assembleia de apreciar os actos do Governo, o que é verdade, mas o que é também certo é que a Constituição não dá à Assembleia da República quaisquer direitos de apreciar decisões de magistrados. Acto contrário, o que o PSD pretendeu fazer foi um julgamento sobre as decisões dos tribunais, coisa para que manifestamente a Assembleia não está vocacionada.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Acresce ainda que esse voto era de tal forma claro na sua intenção que a parte dos considerandos nada tinha com a parte dispositiva. E é assim que se permite recordar ao Governo aquilo que não é necessário recordar-lhe, ou convidar a Assembleia a fazer actos de obediência que necessariamente não tem de fazer.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Brilhante!

O Orador: — O voto pretendia criar um contencioso artificial entre o Governo e os tribunais e corresponde, tão-somente, a uma manobra política que nada tem a ver com o Poder Judicial.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Boa manobra!

O Orador: — O CDS não tem quaisquer dúvidas em manifestar nesta Assembleia e publicamente o seu respeito e apareço pela forma como a magistratura em Portugal tem cumprido a sua missão. E aproveita o momento para homenagear as multiplas atitudes de independência que juízes em Portugal adoptaram quando sobre eles se exerceram pressões indevidas e injustas.

Pelo nosso lado, continuamos dispostos, como sempre, a tudo fazer para que os magistrados possam cumprir cabalmente as suas funções: absolver inocentes, quando julguem que se trata de inocentes, ou punir delinquentes, quando julguem que se trata de delinquentes.

E para que estas ideias fiquem claras e para que aquilo que mais não foi do que uma manobra política não possa ser objecto de qualquer especulação é que o CDS apresenta o seguinte voto de saudação:

Considerando que têm sido levantadas dúvidas, por diversos sectores de opinião, acerca do respeito que ao Governo merece a norma segundo a qual «os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei»;

Considerando que essas dúvidas não têm razão de ser e que o Governo tem sempre demonstrado inteira obediência ao princípio de que «os Órgãos de Soberania devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição»;

Considerando que o levantamento dessas dúvidas ou visa provocar conflitos artificiais entre o Governo e os tribunais ou pode contribuir para uma relativa deterioração das condições em que os magistrados exercem a sua função;

Considerando, enfim, que não podem existir ambiguidades artificialmente forjadas acerca das posições das diversas forças políticas representadas no Parlamento em relação à magistratura judicial:

A Assembleia da República:

- 1 — Saúda a magistratura portuguesa, na certeza de que saberá zelar pelo escrupuloso cumprimento da lei e defender, na parte que lhe toca, a autoridade do Estado democrático, punindo, como lhe cumpre, todos os atentados contra pessoas e instituições;

2 — Afirma o seu empenho na defesa de um clima de opinião pública que contribua para facilitar o exercício das funções próprias do poder judicial.

Aplausos do CDS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para um ligeiro e sereno protesto.

É que o Sr. Deputado Amaro da Costa, a pretexto da apresentação de um voto, acabou por fazer uma declaração de voto que tinha sido há pouco impedido de fazer pelo Regimento. Não são processos como este que significam esta Câmara e muito menos o Deputado que a eles recorre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Além disso, o Sr. Deputado Amaro da Costa esqueceu-se, ao classificar de golpe e manobra política o voto de protesto apresentado pelo PSD, de que afirmações praticamente idênticas foram feitas pela Associação Sindical dos Magistrados Portugueses . . .

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não é verdade! Não têm qualquer semelhança.

O Orador: — . . . , por unanimidade das suas secções do Norte e do Sul, e pela Ordem dos Advogados.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não é verdade! Nada têm a ver com os considerandos do PPD.

O Orador: — Gostaria de saber se também estes factos foram manobras políticas destas associações?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Amaro da Costa poderá contraprotestar, se assim o entender.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, há protestos que não merecem sequer contraprotestos.

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — O Partido Socialista apoia o voto de saudação apresentado pelo CDS . . .

Vozes do PSD: — Claro!

O Orador: — . . . e vai, se lhe for permitido, explorar as razões por que o faz.

Em primeiro lugar, porque o CDS coloca corretamente o problema, lembrando que os tribunais não estão apenas sujeitos a um cumprimento formal da lei, mas — tal como rege o artigo 206.^º da Constituição — têm por missão assegurar a defesa dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Interessa salientar que o cumprimento formal da lei para denegar a justiça é uma técnica utilizada ao longo da história pelos fariseus que não querem cumprir a justiça.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A justiça formal, o respeito pela lei, nunca podem ser separados da justiça real, da justiça substantiva. Felicito-me pelo facto de o CDS — que é um partido de inspiração democrata-cristã — ter salientado este princípio, porque todos têm conhecimento de que o julgamento de Jesus Cristo foi um julgamento inteiramente legal, perfeitamente conforme a lei, não houve a violação da mais insignificante regra da justiça formal, e, no entanto, foi um crime o que os juízes que condenaram Jesus Cristo cometiveram, conforme por todos é reconhecido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como por todos é sabido, foram vítimas da justiça formal aqueles que ao longo da história foram os principais arautos do progresso das instituições judiciais. Não se encontra na história do direito europeu nem na história do direito português o nome de algum magistrado que tivesse dado uma contribuição concreta para o progresso dos direitos do homem. No entanto, os grandes arautos destas reformas não foram magistrados, foram vítimas de uma justiça puramente formal, como Voltaire, Beccaria e, em Portugal, Bocage e Almeida Garrett. Só mais tarde, em Portugal, é que as vítimas dos tribunais plenários e os advogados de defesa deram um contributo muito maior para o progresso dos direitos do homem do que os magistrados do tempo da ditadura, que invocabam sempre o respeito da lei para denegarem a justiça concreta e a justiça real.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, o voto do CDS coloca em pé de igualdade o respeito pela lei e a obrigação de os tribunais respeitarem os fins que a lei democrática impõe a todos os magistrados.

É nesse plano que aprovamos o voto de saudação do CDS, saudando não só os magistrados, como todos os cidadãos portugueses. É inteiramente absurdo admitir-se a ideia corporativa, propalada por certas pessoas, de que a defesa da lei incumbe apenas às organizações corporativas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os tribunais são constituídos por magistrados, e em face deles está o povo português, ou seja, os utentes da justiça. E estes utentes da justiça, que são o povo português, estão representados pelas organizações eleitas pelo povo e não por organizações corporativas que não têm qualquer mandato popular.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A Assembleia da República tem não só o direito como a obrigação de criticar a justiça sempre que entenda que ela não prossegue os fins constitucionais que vêm indicados no artigo 205.º da Constituição. Seria absurdo que a Assembleia da República, que tem competência para fazer as leis, não tivesse competência para criticar, como todos os cidadãos portugueses, o modo como a justiça é aplicada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isso não significa, de maneira nenhuma, que os tribunais não sejam independentes. Significa que os tribunais, que são interdependentes dos outros Órgãos de Soberania, devem sobretudo obediência a este princípio fundamental: protegerem os utentes da justiça, quer na posição de autores, quer na posição de réus, quer na posição de acusados, quer na posição de acusadores.

Denegar a justiça real, invocando preceitos de natureza formal, é que não. Jesus Cristo foi condenado em nome dos fariseus; nós condenamos o fariseísmo e só assim poderemos ser justos.

Só há uma justiça: a justiça dos justos!

Aplausos do PS e do CDS.

Protestos inaudíveis do PSD.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — Calai-vos, judeus!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do meu grupo parlamentar e invocando a praxe regimental, requeiro que a votação do voto de saudação proposto pelo CDS seja feita apenas na próxima sessão, sem prejuízo da discussão que possa ainda hoje ter lugar.

O Sr. Presidente: — Considero deferido o requerimento do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — A UDP vai votar contra o voto apresentado pelo CDS pelas mesmas razões que a levaram a votar contra o voto apresentado pelo PSD.

Na verdade, não se trata aqui de votar constantemente artigos da Constituição, trata-se, isso sim, de uma polémica pública em que foram tomadas posições que aplaudimos e consideramos corajosas em relação à actuação concreta de um magistrado.

É neste contexto que o voto do CDS surge, e, como tal, queremos dizer o seguinte: a honestidade de

muitos juízes não está, de forma alguma, em causa. O que está em causa neste momento — e já foi referido no voto do PSD — é a actuação de determinados magistrados; o que está em causa é o facto de na magistratura portuguesa terem voltado a tomar lugar aqueles que após o 25 de Abril foram saneados pela sua participação nos tribunais plenários. Foram justamente saneados e, contudo, são agora reintegrados. O que está em causa é que tenha sido reintegrado, inclusivamente, o delegado do Ministério Público nomeado por Marcelo Caetano que estava em funções na madrugada do 25 de Abril.

Assim, a magistratura tem actuado de tal forma que tem sido, de maneira muito positiva, criticada ultimamente por vários sectores de opinião: tem actuado no sentido de libertar os «pídes», os bombistas, os terroristas fascistas dos Açores, como foi o caso de se passar escandalosamente por cima de uma provocação ao Sr. Ministro Almeida Santos. A mesma justiça que, por intermédio do juiz do Tribunal Militar, Saraiva Coelho, manteve durante vinte meses preso o estudante Rui Gomes sem permitir que ele fosse libertado pelo facto, como consta dos autos, de se ter declarado revolucionário e antifascista, revelando assim um índice de perigosidade que não permitia que aguardasse julgamento em liberdade, ao mesmo tempo que se libertam bombistas e se sentencia em vinte meses de cadeia um oficial de Abril, o capitão Andrade e Silva.

Na verdade, o que está em causa não é a honestidade de muitos juízes. Essa honestidade não está em causa, mas a actuação de uma magistratura que, por não ter sido saneada, voltou a ver no seu seio e em lugares de destaque, como é o caso do Supremo Tribunal de Justiça, presidentes de tribunais plenários.

Esta magistratura, para merecer o respeito do povo português, terá de ser saneada. Não podem ter lugar no Supremo Tribunal de Justiça, na Polícia Judiciária, nos tribunais da relação ou nos tribunais de 1.ª instância homens que ainda ontem consideravam válidos os depoimentos de inspectores da PIDE e que hoje aplicam oito ou mais anos de cadeia a antifascistas e as chamadas medidas de segurança.

Vir saudar-se agora a magistratura portuguesa depois de se ter criado esta situação, pois mais valia ter-se votado a favor do voto do PSD. Isso é passar por cima de todos os problemas, é tentar rodear ariosamente e manter uma situação que significa recuar — e refiro-me não ao CDS, mas sim ao PS, face a declarações corajosas que alguns dos seus dirigentes proferiram ultimamente. Que o CDS aplauda esta justiça não nos espanta, mas que seja o PS, depois das declarações que fez, a voltar atrás numa saudação à magistratura, quando estão em causa as suas últimas decisões, que preocupam o povo português, não podemos deixar de condenar. Nesses jogos não entramos, não entramos nesse acordo e por isso votaremos contra o voto apresentado pelo CDS.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Isso está fora de dúvida!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, dirijo-me à Mesa no sentido de poder usar da pa-

lavra neste voto, de acordo com o que tem sido entendido pela Assembleia quando da apresentação de votos semelhantes e face aos quais temos exprimido, muito rapidamente, a nossa opinião.

Assim, peço ao Sr. Presidente a palavra para, muito brevemente, me exprimir sobre o voto em causa, beneficiando do precedente que se tem verificado em circunstâncias semelhantes.

O Sr. Presidente: — Efectivamente, existe esse precedente.

Faça favor de usar da palavra, Sr. Deputado Aires Rodrigues, caso não haja objecções da Câmara.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votaremos contra o voto apresentado pelo CDS de saudação à magistratura portuguesa.

Este voto visa, em primeiro lugar, colmatar a brecha aberta no seio do CDS ao ter sido obrigado a votar há instantes com os socialistas contra o voto de protesto do PPD e contra a posição assumida pela organização sindical dos magistrados que punha em causa a declaração de dirigentes socialistas apoianto o voto do PPD.

Em segundo lugar, não podemos apoiar um voto de saudação à magistratura portuguesa no seu conjunto, pois não apoiamos — e repudiamos mesmo — decisões que têm sido tomadas pelos magistrados, algumas das quais mereceram a crítica do PS e do PCP nesta Assembleia, como, entre outras, a que levou ao julgamento de Maximino Serra por um acto político contra a ditadura. Isto para não falar nas decisões que todos os dias são tomadas por alguns magistrados contra as aspirações da esmagadora maioria do povo português, nomeadamente no que respeita à desintervenção de empresas e sua entrega a entidades patronais, à condenação de trabalhadores, ou seja, no que respeita à vida social e política portuguesa.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Parece-me que o precedente que se tinha aberto era no sentido de usar da palavra apenas um representante dos Deputados independentes.

No entanto, como há diversas facções, e se a Câmara nada tiver a opor, tem a palavra o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apresentar este voto, o CDS refere subjectivamente algumas posições e afirmações tomadas nesta Câmara.

Não podemos, portanto, concordar com o teor dos considerandos e das próprias palavras de apresentação, dado que à Assembleia da República, segundo a alínea a) do artigo 165.º da Constituição, compete vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e qualquer dúvida levantada por este órgão acerca da aplicação da lei por outro órgão não pode nem deve provocar conflitos. Os conflitos só podem ser levantados por aqueles que querem retirar a esta Assembleia a sua dignidade e diminuir as suas funções.

Por outro lado, a deterioração das condições em que os magistrados funcionam só pode dar-se se esses mesmos magistrados não exercerem com dignidade e respeito pela Constituição as funções que lhes estão confiadas.

Não vemos, portanto, que devamos estar a saudar órgãos quanto ao bom desempenho das suas funções.

Neste caso, ainda mais ambígua é esta saudação, dado que as últimas actuações de alguns magistrados, soltando bombistas e «pides» absolvendo actos de terrorismo e, por outro lado, tentando sempre condenar trabalhadores cujo único crime foi tentar levar à prática a doutrina exposta na Constituição, levantam bastantes dúvidas quanto ao zelo escrupuloso no cumprimento da lei por parte de toda a magistratura.

Entendemos que haveria que esclarecer a opinião pública para que esta possa ajuizar da justiça que lhe é ministrada e da honestidade dos homens que julgam o povo sem terem sido eleitos por esse mesmo povo e sem que possam ser retirados por sufrágio do lugar que ocupam.

Só com uma opinião pública bem informada e que promova críticas construtivas os magistrados poderão sentir da justeza da aplicação da lei que fazem.

Nesta ordem de ideias, não poderemos, eu e o meu camarada Vital Rodrigues, deixar de votar contra este voto que mais não pretende que tentar retirar força ao voto de rejeição em relação ao voto do PSD.

O Sr. Presidente: — Este voto de protesto será votado na próxima sessão.

Srs. Deputados: terminou o período de antes da ordem do dia, mas deu entrada na Mesa um requerimento do PCP pedindo o seu prolongamento, de acordo com o Regimento.

Há alguma oposição?

Pausa.

Visto não haver oposição, está prolongado o período de antes da ordem do dia.

Encontra-se na Mesa um voto de protesto apresentado por dois Srs. Deputados Independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, que será discutido e votado na próxima sessão.

No prolongamento do período de antes da ordem do dia cada grupo parlamentar dispõe de cinco minutos.

Antes, porém, comunico à Câmara que se encontra na Mesa um pedido de autorização para que o Sr. Deputado Domingos Abrantes preste declarações no Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS, no próximo dia 15 de Junho, pelas 10 horas, nos autos de corpo de delito contra Manuel Rodrigues Cardoso.

Também se encontra na Mesa e à disposição dos Srs. Deputados o «Plano para a concretização da autonomia», emanado da Região Autónoma da Madeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques, para uma intervenção.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores da função pública

continuam sem ver satisfeitos alguns dos seus mais legítimos direitos, apesar de, aparentemente, todas as vozes de todos os quadrantes se levantarem em seu apoio ou mesmo em sua defesa.

Os trabalhadores da função pública continuam a lutar pelo direito à negociação enquanto a posição do Governo face a esta questão se mantém bastante ambígua.

Convém recordar, no entanto, que houve negociações entre o I Governo Constitucional e os sindicatos representativos dos trabalhadores da função pública, que o Ministro da Reforma Administrativa do II Governo reconheceu em 2 de Março deste ano o direito à negociação em comunicado conjunto com a comissão negociadora sindical (que inclui vinte e três sindicatos) e que, nesta mesma Assembleia, os vários grupos parlamentares se manifestaram favoráveis a tal princípio, enquanto, em relatório datado de 13 de Março deste ano, a comissão de trabalho afirma nomeadamente «que o Governo rapidamente elabore um regime jurídico dos trabalhadores das instituições da Previdência, garantindo-lhes o direito à negociação colectiva que se entende ser de reconhecer, embora em moldes adequados, à generalidade dos funcionários públicos».

Convém ainda recordar que este direito é reconhecido internacionalmente e que mesmo na 63.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada no ano passado, foi aprovado com voto favorável do representante governamental português um projecto de resolução que contempla esta questão.

Outro problema que aqui nos traz hoje é o da tabela salarial. É conhecida a intransigência do Governo ao estipular o quantitativo global do aumento em 6 milhões de contos. A comissão negociadora sindical apresentou uma proposta inicial e, posteriormente, uma segunda proposta sem que visse da parte do Governo qualquer empenhamento em encontrar uma saída para a situação que, entretanto, continuava e continua a deteriorar-se. E isto sem se referir que nem o Governo nem qualquer pessoa ou organismo conseguem garantir que estes 6 milhões são mesmo 6 milhões, já que está ainda por detectar o número e funções dos trabalhadores atingidos por tal quantitativo.

Uma das justificações inicialmente mais divulgadas foi defendida nesta Assembleia por um Deputado do CDS ao afirmar que os aumentos propostos se referiam a um prazo de doze meses, enquanto «o período mínimo de actualização salarial fixado para os demais trabalhadores dos sectores privado e público empresarial é de 18 meses».

Só que este argumento, que já na altura não era nada sólido, não pode ser invocado neste momento, visto que, por decisão do próprio Conselho de Ministros, este prazo de dezoito meses passou, para todos, de dezoito para doze.

Face a esta situação há que reconhecer que os trabalhadores da função pública têm o direito de se perguntar que novas justificações irão agora (se forem) aparecer.

E também aqui convém lembrar que durante o debate das leis do Plano e do Orçamento para 1978 a comissão negociadora sindical entrou em contacto

com os grupos parlamentares, designadamente com o do PCP, esclarecendo o seguinte:

- a) O Ministro da Reforma Administrativa considera possível e viável um aumento do quantitativo global inicialmente proposto pelo Governo;
- b) O Ministro das Finanças e do Plano também o considera, salientando que sob o ponto de vista financeiro é possível alterar este quantitativo mesmo no quadro do presente Orçamento Geral do Estado, sublinho, mesmo no quadro do presente Orçamento Geral do Estado, mas referindo que se tratava de uma questão política, atendendo a que a decisão tinha pertencido ao Governo;
- c) A comissão de administração interna e poder local considerou ser possível encontrar uma solução para o referido aumento;
- d) Os vários grupos parlamentares manifestaram-se, todos eles, favoráveis às posições assumidas pela comissão negociadora sindical.

Recordou aqui um Deputado, há bem poucos dias, a Lei n.º 47/77, que salienta a necessidade de reduzir «as diferenças, mormente as salariais, entre os funcionários, por um lado, e os trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas e, sobretudo, os do sector privado, por outro», e acrescentava que, em sua opinião, os trabalhadores da função pública «pela dignidade das suas funções deviam estar sempre entre os trabalhadores mais bem pagos». Belas palavras e bonitas intenções! E finaliza o referido Deputado com a seguinte frase: «Não será fácil, nem de um dia para o outro, que se atingirá esse estádio, mas nem por isso deveremos ser menos perseverantes.» Estamos de acordo quanto a isto. E é precisamente por isso que insistimos ou, para usar a sua própria expressão, que perseveramos.

Pela nossa parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, saudando a consciência e o sentido das responsabilidades que os trabalhadores da função pública têm demonstrado ao longo de todo este tempo, por um lado, não podemos deixar de salientar, por outro, que nesta Assembleia há um largo consenso, e congratulamo-nos por esse facto, em reconhecer as suas razões. Há unanimidade em considerar que é possível ao Governo (basta para isso vontade política) a alteração da tabela salarial aprovada e assim conseguir encontrar uma saída que o dignifique e salvaguarde, no mínimo, os interesses desta tão larga camada de trabalhadores.

Os trabalhadores da função pública continuam, porém, sem ver satisfeitos alguns dos seus mais legítimos direitos, apesar de, aparentemente, todas as vozes de todos os quadrantes se levantarem em seu apoio ou mesmo em sua defesa.

Se assim é, por que se espera para lhes fazer justiça? Ou estaremos todos de acordo apenas nas palavras?

Ao Governo cabe passar das palavras aos actos. Ou dizer isto será perseverar de mais?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP quer aproveitar estes cinco minutos para dirigir uma saudação muito calorosa, revolucionária, aos milhões de trabalhadores que de Norte a Sul do País, no continente e nas ilhas, ontem foram à rua, sob as bandeiras da CGTP, para as manifestações do 1.º de Maio.

Apesar de a televisão tudo ter feito para diluir essas grandiosas manifestações, os trabalhadores viram claramente onde é que está a unidade sindical e onde é que está a força capaz de traçar caminhos novos para este país.

As manifestações do 1.º de Maio constituíram, assim, como várias vezes temos afirmado, uma demonstração de que os trabalhadores deste país estão dispostos a lutar e a abrir os caminhos para um Portugal diferente. As manifestações do 1.º de Maio constituíram também a derrota clara das tendências cisionistas para a criação de sindicatos paralelos, no fundo sindicatos amarelos, no movimento sindical.

O povo português pôde assistir ao espetáculo de o Sr. Ministro do Trabalho estar presente numa manifestação cisionista, apenas acompanhado por algumas centenas de pessoas. O Ministro do Trabalho esteve em Monsanto praticamente sózinho, e milhões de trabalhadores estiveram no Estádio 1.º de Maio debaixo das bandeiras da unidade sindical e da CGTP.

A nosso ver, a grandiosidade das manifestações, a combatividade das manifestações demonstrou que, uma vez mais, ao contrário do que certas tendências direitistas pretendem fazer crer, existe entre os trabalhadores a determinação e a mobilização de lutar contra a política reaccionária deste Governo e contra o avanço da direita reaccionária.

Aqueles que durante tempos e tempos, durante meses a fio, pretenderam convencer que neste país não existe, da parte dos trabalhadores, a mobilização e a disposição combativa para levar à prática e na íntegra todas as decisões dos plenários sindicais, nomeadamente a realização de uma jornada de luta a nível nacional, tiveram também ontem a resposta, porque, de facto, entre os trabalhadores não há essa desmobilização.

A nota dominante, inclusive, do plenário sindical da União dos Sindicatos do Porto foi no sentido de que — conforme foi marcado até por cartazes de numerosas empresas — é tempo de os trabalhadores travarem este caminho da ruína, que compromete não só a sua própria geração mas as gerações que se lhes seguem e no sentido de manter as conquistas do 25 de Abril. Isto só poderá ser levado a cabo pela concretização de todas as decisões dos plenários sindicais e nomeadamente pela jornada de luta a nível nacional.

Por tudo isto estamos convencidos de que estas grandiosas manifestações não deixarão de reflectir-se entre os delegados sindicais, que não deixarão de pensar, à luz da força aí representada, que de facto existem forças não para dar passos aventureiros mas para dar passos decisivos e levar à prática as decisões dos plenários sindicais.

Estamos absolutamente convencidos de que a jornada de luta a nível nacional contra a política reac-

cionalista deste Governo é em defesa da Constituição, política, aliás, ainda recentemente atacada, ou pelo menos desacreditada, no discurso do próprio Presidente da República.

Estamos convencidos de que os trabalhadores conscientes do perigo da direita, mas também conscientes da sua própria força, não deixarão de fazer avançar as propostas e as decisões que já foram tomadas e que tanto tardam a levar à prática.

Queremos terminar, reafirmando a nossa saudação, o nosso aplauso e o nosso abraço amigo a todos os trabalhadores que não quiseram ficar em casa e que estiveram nas ruas debaixo das bandeiras da unidade sindical por um futuro melhor para este país.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Não percebeste que a jornada de luta era ontem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É realmente para muito breve pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Pareceu-me, da sua intervenção, Sr. Deputado, que comprehende muito mal o que se passa no movimento operário, o que se passa nos meios trabalhadores e o que se passa no movimento sindical.

Isto porque provavelmente tem pouco contacto e pouco enraizamento nesses sectores fundamentais e decisivos da nossa sociedade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Diz o Sr. Deputado que as manifestações do 1.º de Maio demonstraram que há condições para uma jornada nacional de luta. Pergunto-lhe, Sr. Deputado Acácio Barreiros: então as manifestações do 1.º de Maio de ontem, em todo o País, não foram elas mesmas uma grandiosa, uma potente jornada nacional de luta?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para responder.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — O Sr. Deputado Carlos Brito pode fazer, evidentemente, as interpretações que quiser sobre qual a implantação da UDP e quais os seus contactos nos meios trabalhadores, mas uma coisa é certa: temos, e eu pessoalmente, suficientes contactos no meio dos trabalhadores para já há muito tempo ter alertado contra certo contrabando que se tenta meter no seu seio, no sentido de deturpar as decisões que já em Outubro do ano passado e em 4 de Fevereiro deste ano foram tomadas para uma jornada nacional de luta.

Aliás, penso que o próprio Secretariado da CGTP não pretende, por enquanto, considerar este 1.º de Maio — que de facto, e o Sr. Deputado disse-o, foi uma grande jornada de luta — como a realização da tal decisão que foi tomada para uma jornada de luta a nível nacional.

Na verdade, o 1.º de Maio foi uma jornada nacional de luta, e a decisão que foi tomada pelos sindi-

catos foi a de se fazer uma jornada nacional de luta, mas não no 1.º de Maio, porque nessa altura já sabiam que no 1.º de Maio iam fazer uma jornada nacional de luta.

Entendemos que compete ao movimento sindical definir o que é que será essa jornada nacional de luta e dizer que formas ela revestirá. Poderá ser, por exemplo, um dia de greve a nível nacional com manifestações nos principais centros, enfim será o que o secretariado da CGTP, que aliás foi mandatado para isso pelos plenários, decidir.

Se fosse para fazer essa jornada de luta a nível nacional no 1.º de Maio, isso teria sido decidido logo na altura, porque os sindicatos sabem que todos os anos, enquanto houver liberdade em Portugal, o 1.º de Maio é obrigatoriamente uma jornada de luta. Isto é tão claro que penso que o próprio secretariado da CGTP não julga também que esteja cumprido o que foi decidido nesses plenários sindicais. Nem sequer a reunião sindical dos delegados sindicais da União dos Sindicatos do Porto tomou decisões nesse sentido, nem sequer nas várias empresas foi decidido que se levasse à prática a jornada de luta nacional, aprovada nos plenários dos sindicatos, no 1.º de Maio.

Estou de acordo com o Sr. Deputado Carlos Brito quando diz que o 1.º de Maio foi uma grande jornada de luta nacional — aliás disse-o e não dei-xei de a saudar como tal, como penso que era obrigação da UDP —, mas julgo que não está ainda levada à prática a jornada de luta a nível nacional aprovada em assembleias de sindicatos e penso que isso é hoje praticamente claro dentro do movimento sindical.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Naturalmente que não temos nada a objectar às saudações que o Sr. Deputado Acácio Barreiros entende fazer na Assembleia da República, pois está no seu pleno direito. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, protestamos com energia contra o facto de o Sr. Deputado vir para aqui permitir-se fazer interpretações acerca da orientação do movimento sindical, que cabe apenas às direcções do movimento sindical, as quais devem decidir em plena liberdade e com completa autonomia.

Aplausos do PCP.

Entendemos que esta intervenção do Sr. Deputado Acácio Barreiros é lamentável, é uma intromissão nas decisões das direcções do movimento sindical e é uma atitude objectiva e subjectivamente divisionista.

Aplausos do PCP.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, peço a palavra para contraprotestar.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado Carlos Brito, vou contraprotestar neste sentido: a

UDP, como organização política, uma organização de trabalhadores, e como organização de esquerda, tem a obrigação de debucar-se sobre os problemas dos trabalhadores, e evidentemente que entre esses problemas está o do movimento sindical.

As acusações . . .

Neste momento o microfone do Sr. Deputado deixou de funcionar normalmente.

O Sr. Presidente: — Será bom que acabem estas avarias dos microfones, que são incompatíveis com a dignidade da intervenção de um Deputado, pois isto assim não pode continuar.

Faça favor de desculpar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queremos contraprotestar contra as declarações do Sr. Deputado Carlos Brito porque entendemos que a UDP, como organização de esquerda e como organização de trabalhadores, tem o dever de se debucar sobre todos os problemas dos trabalhadores. Evidentemente que pode, deve e tem de ter opiniões acerca do que se passa no movimento sindical. Isso nada tem de cisionismo ou de intromissão no movimento sindical, nem se trata de ferir a independência do movimento sindical. Cisionnismo seria fazer como fazem os partidos reaccionários, ou seja, apelar à criação de quaisquer sindicatos paralelos ou pôr em causa a representatividade do movimento sindical, o que nós não fizemos.

Temos opiniões, analisamos com cuidado as decisões tomadas pelos plenários sindicais e, quando não estamos de acordo, emitimos opiniões em contrário e fazemos a nossa interpretação das decisões que são tomadas no movimento sindical. Limitei-me simplesmente a fazer isso. Não há partidos donos — e é bom que se tenha bem consciência disso — dos sindicatos, como se só esses se pudessem pronunciar sobre o movimento sindical.

A UDP, que tem apoiado sempre a CGTP, entende que é seu direito discordar das suas decisões e emitir opiniões contrárias. Entendemos, no entanto, que temos apoiado sempre a unidade do movimento sindical, inclusivamente a necessidade sindical. Foi nesse sentido que intervimos aqui, saudámos o 1.º de Maio e demos a nossa opinião, e continuaremos a dâ-la, sobre as decisões tomadas no último plenário da CGTP, plenário sindical, com as quais sempre dissemos que estamos de acordo. Achamos somente que a decisão tomada diversas vezes, fazer uma jornada de luta a nível nacional, está constantemente a ser adiada e achamos que estão criadas as condições para a levar à prática. Penso que a interpretação que fizemos do 1.º de Maio foi no sentido de que a grande manifestação popular demonstrou que, ao contrário do que certas tendências direitistas e reformistas têm tentado fazer crer, há condições em Portugal para levar à prática a jornada de luta a nível nacional.

Limitámo-nos, portanto, a dar opiniões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abreu Lima para uma intervenção.

O Sr. Abreu Lima (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra neste momento para trazer

ao conhecimento da Câmara que um grupo de bando-leiros, de caciques, de reaccionários, de indivíduos sem qualificação de espécie alguma, no domingo, às 2 horas da tarde, quando a Juventude Centrista expôs uma banca do CDS em Caminha, atacou violentamente esses nossos elementos, que foram espezinhados, pisados, roubados, e cometem-se as maiores depravações físicas e morais em relação a este grupo de rapazes.

Parece impossível que, no tempo em que vivemos, em que se procura o apaziguamento e a instalação da democracia neste país, ainda haja gente desta que em terras de Portugal trata a nossa mocidade, estudantes, desta maneira.

Ao mesmo tempo que lavro aqui este protesto contra estas sevícias e contra estes maus tratos, contra estes insultos e contra esta pouca-vergonha, apelo para o Governo para que tome as providências necessárias para que as autoridades acorram ao chamamento que se faz no sentido de se repor a ordem e a tranquilidade, mesmo quando essas autoridades estão a almoçar, e que se não diga que na hora do almoço não saem . . .

Fica aqui, portanto, o meu protesto, fica aqui esta notícia, e pena tenho que ela se tenha passado e que estes acontecimentos se tenham dado.

Não está certo que assim se proceda e que isto se passe. As pessoas têm o direito de manifestar as suas ideias, têm o direito de fazer a sua propaganda e não está certo que se lhes corte assim o passo.

Aliás, não me espanta que isto aconteça na vila de Caminha, porquanto no decurso da campanha eleitoral para as eleições da Assembleia da República os mesmos factos se repetiram: grupos de cento e cinquenta a duzentas pessoas impediram, da mesma maneira, que o CDS fizesse um comício naquela vila. Foram esses mesmos indivíduos que agora actuaram, e, como são valentes, contra dezassessíssim rapazes da nossa mocidade, aparecem em grupos de 150.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Eu queria dizer que o Partido Socialista se solidariza com o protesto feito pelo Sr. Deputado Abreu Lima e queria pedir-lhe uma informação.

Consta que também foi assaltada uma sede do CDS na vila de Almada, e gostaria de saber se o Sr. Deputado pode confirmar esta notícia, visto que se nos afigura que esses factos são pelo menos tão graves como aqueles que acaba de relatar.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Eu respondo, Sr. Presidente, se me permite.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente, como é notícia em todos os jornais de domingo e nos jornais da tarde de hoje, assim aconteceu, e o CDS ainda não pôde tirar a limpo a identidade das pessoas que praticaram o assalto. Nós temos até testemunhas que vi-

ram algumas das pessoas que apedrejaram aquela nossa sede.

O que sucedeu foi que, na madrugada de sábado para domingo, a sede de Almada do CDS — que foi inaugurada pelo Prof. Freitas do Amaral há cerca de oito dias — foi apedrejada e as bandeiras foram arrancadas, tendo depois fugido no escuro da noite todas as pessoas que estiveram envolvidas neste assalto.

Nós, neste momento, estamos a coligir todas as informações e naturalmente que prestaremos todos os esclarecimentos sobre este assunto o mais detalhadamente possível.

O Sr. Presidente: — Também para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Severiano Falcão.

O Sr. Severiano Falcão (PCP): — O Sr. Deputado Abreu Lima fez uma intervenção e, quanto a nós, as referências que fez têm, na verdade, carácter muito grave.

No entanto, surpreendeu-nos o ar demasiado vago e generalizado da sua intervenção quando, nestas circunstâncias e perante questões tão graves, me parece à primeira vista impor-se logo a concretização e o apontar-se dos seus responsáveis.

É provável que o Sr. Deputado ainda não tinha tido oportunidade de fazer essas investigações e de apurar os responsáveis. No entanto, o pedido de esclarecimento que queríamos fazer é o seguinte: se já tem alguns indícios acerca dos responsáveis, informe esta Câmara, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abreu Lima.

O Sr. Abreu Lima (CDS): — Há elementos que não são suficientemente seguros em relação a todos os intervenientes, mas há elementos seguros em relação a alguns: a maior parte das pessoas que atacaram a bancada do CDS são elementos da UDP e da antiga LUAR.

Não sei se há mais alguém — presume-se que não —, mas, como não temos a certeza absoluta, a única coisa que sabemos é que estiveram envolvidos elementos da UDP e inclusivamente temos nomes. Isso sabemos nós.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. João Manuel Ferreira para uma intervenção.

O Sr. João Manuel Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As condições climáticas dos últimos meses vieram criar várias dificuldades a uma parte da população activa deste país.

Têm sido os pescadores sem porto as maiores vítimas de tal situação.

O não poderem ir ao mar representa para estes trabalhadores, ao longo destes meses, senão para todos, pelo menos para muitos deles, a fome e miséria para os seus familiares e para eles próprios.

Os pescadores da Nazaré, pescadores que vão ao mar quando este o deixa, há cerca de cinco meses que o não podem fazer.

Lobos do mar, dos verdadeiros, que desde sempre com aquele mar lutam para poderem sobreviver,

sentem-se incapazes, muito embora lhes não falte a coragem, de poderem tirar dele o indispensável, mais que não fosse para atenuar a crise que os atinge.

Falando aqui dos pescadores da Nazaré, não ignoramos, de maneira nenhuma, todos os restantes pescadores deste país, que como aqueles lutam contra as mesmas calamidades e desgraças que igualmente os atingem.

Porque melhor conheço os pescadores da Nazaré, simbolizo neles, desta maneira, os pescadores das restantes praias que, sem porto, são atingidos e vivem as mesmas dificuldades.

Perante estas realidades pergunta-se: Que se pode fazer para atenuar o problema neste momento existente?

Competirá ao Governo, através do MAP ou de outro qualquer Ministério, providenciar por forma que sejam minoradas as dificuldades e a crise, o que não será difícil se atendermos a que de crise se trata e como tal deve ser encarada.

Assim, parece-nos mais que justa a petição que nos chegou dos pescadores da Nazaré, os quais pedem que lhes seja atribuído um subsídio para atenuar as suas dificuldades, o que deveria ser extensivo aos restantes pescadores que se encontram em igual situação ao longo da nossa costa.

A paralisação a que são forçados não pode nem deve, nem eles aceitarão, ser considerada como de desemprego.

Eles não estão desempregados, a crise é motivada por condições climatéricas e como tal deve ser encarada e pode e deve ser comparada às situações que por vezes também atinge a agricultura deste país, quando situações idênticas não permitem que se trabalhe, ou que as culturas produzam em termos de rentabilidade, ou quando são mesmo perdidas na sua totalidade.

Embora com características diferentes, são, ao fim e ao cabo, situações idênticas, e cabe ao Governo atenuar os seus efeitos, se é que os não possa resolver na sua totalidade.

Aqui deixamos o problema, conscientes de termos alertado para a situação existente e com o desejo de que o Governo rapidamente o tome em mãos, o que conduzirá à resolução desta justa pretensão dos pescadores, os quais conjuntamente com o sector agrícola mais contribuem para eliminar muitas das carências da população portuguesa.

Finalizarei com a apresentação de um requerimento que irei apresentar à Mesa de seguida.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Como Deputado pela Nazaré que sou, perfilho inteiramente a intervenção que o Sr. Deputado acaba de fazer, mas posso informá-lo de que está em curso e próximo de uma concretização o auxílio — aliás, muito justo — aos pescadores da Nazaré, que estão neste momento em crise.

Srs. Deputados, vamos interromper a sessão para o nosso intervalo habitual.

Eram 17 horas e 30 minutos.

A seguir ao intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no período da ordem do dia e, antes de passarmos à formulação de perguntas ao Governo pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PCP, peço ao Sr. Deputado Alexandre Reigoto o favor de proceder à leitura do relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS):

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 2 de Maio de 1978, pelas 17 e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido Comunista Português: Jorge do Carmo da Silva Leite (círculo eleitoral de Coimbra), por Mário Carlos Gomes. Esta substituição é pedida pelo período de seis meses.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo referido partido no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, Álvaro Monteiro (PS) — Vice-Presidente, Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (PSD) — Secretários: Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Cândido Miranda Macedo (PS) — Henrique Manuel V. M. Santos (PS) — Herculano Rodrigues Pires (PS) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Amélia Cavaleiro Monteiro de A. A. Azevedo (PSD) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Acácio Manuel de Frias Barreiros (UDP).

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição?

Pausa.

Como não há oposição, considera-se aprovado.

Vamos entrar no período das respostas do Governo às perguntas formuladas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PCP.

Com certeza que os Srs. Deputados conhecem a tramitação: o Deputado interrogante tem dois minutos para proceder à leitura da pergunta e o Governo tem cinco minutos para responder. Imediatamente a seguir o Sr. Deputado interrogante pode pedir escla-

recimentos sobre a resposta que não ultrapasssem três minutos e o Governo pode responder, se entender, também num período não superior a três minutos.

Suponho que é norma seguir-se uma alternância, visto haver perguntas de dois grupos parlamentares. Como o PSD foi o partido que requereu esta sessão, dou-lhe a palavra em primeiro lugar para proceder à leitura da sua primeira pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As perguntas são quatro e eu seguirei a ordem por que estão formuladas.

Queria, no entanto e antes de mais, dizer o seguinte: estas perguntas foram apresentadas à Assembleia em 8 de Março último — há já perto de dois meses — e portanto há alguns factores em relação aos considerandos desse requerimento que poderão, porventura, estar ultrapassados.

Não posso deixar também — pode haver razões para isso, mas eu ignoro-as — de lamentar que, nessa matéria que até já foi aqui objecto de debate e de explicações do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, ele não esteja presente, embora esteja bem representado, mas apenas pelos Srs. Secretários de Estado.

Irei, portanto, formular a primeira pergunta, dispensando-me dos considerandos do requerimento, que são conhecidos não só desta Câmara mas também do Governo.

E a primeira pergunta é esta: qual a razão de se não terem efectuado mais entregas de reservas após a tomada de posse do actual Governo PS/CDS, designadamente daquelas que tinham sido já objecto de despacho, proferido nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 77/77?

Há bocado falei na referência à data de 8 de Março porque, como todos estão lembrados, já aquando da discussão e votação do Plano, foi referido que após uma data, creio que de 20 de Março, se teriam feito algumas entregas.

Portanto, até essa data de 8 de Março ainda não se tinham feito nenhuma, segundo foi aqui confirmado após a posse do Governo.

Se o Sr. Secretário de Estado, que vai responder, quisesse já dizer também quantas e quando foram feitas a partir dessa data, completava assim a pergunta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Governo.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária (António Campos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando fui para a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, claro que não fui com o interesse ou com a preocupação prioritária de entregar reservas.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tinha mais preocupações. Cheguei à Secretaria de Estado sem serviços — tinha saído a Lei Orgânica do Ministério recentemente —, tinham sido dissolvidos os centros da reforma agrária. Por-

tanto, a minha primeira preocupação foi organizar os serviços.

A segunda preocupação para mim era, como se aproximava a campanha da Primavera, garantir a possibilidade de os pequenos agricultores trabalharem nas zonas de regadio.

Por outro lado, tinha algumas dezenas, senão mesmo centenas, de pequenos agricultores que eu tinha de colocar e que para mim eram prioritários, de forma que tive de arranjar terra para eles poderem trabalhar.

Por outro lado, ainda, faltava a legislação que, dentro do espírito da Lei n.º 77/77, normalizava e regulamentava todo o processo de entrega de reservas, que, como sabe, saiu a semana passada.

Reconheço que o Sr. Deputado tem vivido preocupado exclusivamente com as reservas, mas, como deve compreender, um homem que está ali naquela posição tem de se preocupar com uma globalidade de problemas e não exclusivamente com o problema das reservas.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Neste momento, o Ministério da Agricultura e Pescas tem legislação que regulamenta a entrega da reserva, com todos os trâmites pelos quais é fundamental passar, e espero que a lei se vá cumprindo, porque, independentemente desta regulamentação, como sabe, há necessidade urgente de saírem outras que já estão também prontas para publicação e que já estão até aprovadas pelo Conselho de Ministros.

Assim, o Ministério entregou algumas reservas; dessas reservas também tivemos a preocupação de não prejudicar as colheitas que estão à porta e portanto não interferir com o processo de colheitas que, a curto prazo, está a começar e penso que esse processo será acelerado após as colheitas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Afinal, se não estávamos esclarecidos, ficámos na mesma.

Vozes do PS: — Os senhores são de compreensão curta!

O Orador: — Eu não sei quem é que será de compreensão mais curta, Srs. Deputados.

Risos do PS e do PCP.

É que a pergunta é muito concreta: «qual a razão de» e depois acrescentei: «quantas» — e o Sr. Secretário de Estado não disse.

Disse o Sr. Secretário de Estado que não assumiu o seu cargo com a preocupação apenas de fazer entregas. Eu aceito que não tenha sido essa a única e também não faltava mais nada do que haver uma Secretaria de Estado só para fazer entregas de reservas . . .

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Parece que é o que vocês querem!

O Orador: — No entanto, pergunto ao Sr. Secretário de Estado o seguinte: Se efectivamente é ou não é com a Lei de Bases da Reforma Agrária — no tal espírito que o senhor aqui afirmou, inclusivamente durante o seu debate — que se visa fundamentalmente e em primeiro lugar legalizar situações ilegais existentes e, portanto, se as entregas de reservas são ou não uma forma de legalizar essas situações. Se legalizar aquilo que está ilegal deve ser ou não uma das principais preocupações de um governante.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário de Estado disse que não havia legislação e eu queria perguntar-lhe se o artigo 62.º da Lei de Bases da Reforma Agrária — que diz que, enquanto não for regulado o processo em exercício, se aplicam ..., e cita várias disposições, entre elas o Decreto Regulamentar n.º 11/77, de 3 de Fevereiro, é ou não um meio legalmente consagrado para se proceder às entregas. Portanto, se existiu ou não uma legislação para se proceder a essas mesmas entregas. O Sr. Secretário de Estado afirmou que não havia legislação para esse fim. Mas é uma coisa curiosa que, apesar disso, tivesse dito, embora não referisse o número nem quando, que foram feitas algumas. E, salvo o devido respeito, isso será uma contradição. Porque se diz, por um lado, que, se não foram feitas, foi por falta de legislação e depois que foram feitas algumas, então, quanto a estas, em que base e em que legislação se apoiou para serem feitas?

Além disso, na pergunta formulada perguntava-se designadamente por aquelas que tinham sido já objecto de despacho. Refere-se, portanto, à tomada de posse do actual Governo.

O Sr. Secretário de Estado deixou-nos também por esclarecer e não respondeu se aquelas que foram entregues — e, repito, sem dizer quantas e quando — tinham sido já objecto de despacho anterior ou se foram de despacho do actual Governo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Só uma última questão, Sr. Presidente.

Noutro momento e a propósito de outra legislação que o Sr. Secretário de Estado referiu, há uma outra pergunta a fazer e de que eu depois ouvirei a resposta. Queria dizer-lhe o seguinte, para terminar: o Sr. Secretário de Estado disse que apenas há por vezes a preocupação da entrega das reservas. Por mim, devo dizer que não aceito essa resposta, e se V. Ex.^a leu, por exemplo, atentamente a intervenção que aqui fiz nesta Assembleia aquando do debate do Programa do Governo, inclusivamente a declaração política proferida aquando desta formulação de perguntas, há-de ver que lá estão suscitados imensos e variadíssimos problemas que não se confinam apenas à entrega de reservas.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Os clientes pagam bem ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para responder, se assim o desejar.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu não disse

que não havia legislação, o que disse é que já saiu regulamentação dentro do espírito da Lei n.º 77/77.

Por outro lado, trata-se de situações ilegais mas, como lhe disse inicialmente, as situações ilegais são a nível de devoluções, a nível de pequenos agricultores que eram agricultores e viviam exclusivamente da terra e não tinham terra e estão também a nível das reservas. Portanto, como deve compreender, estávamos a partir para a campanha de Primavera e a minha grande preocupação era — porque onde estão instalados o maior número de pequenos agricultores é nas zonas de regadio — normalizar as zonas de regadio para se poderem fazer agora as sementeiras de Primavera.

O Sr. Deputado pergunta se as reservas entregues foram feitas em relação a despachos anteriores, e quero dizer-lhe que algumas o foram em relação a despachos anteriores, outras por despachos meus. Queria dizer também que, por exemplo, no distrito de Évora — e como sabe no distrito de Évora não temos elementos, na medida em que foram destruídos —, ainda há noventa e sete devoluções por fazer do tempo do engenheiro Lopes Cardoso, aliás de terras que não estão sequer abrangidas e há onze despachos do Prof. Carlos Portas por executar. Desseze onze despachos já foram executados dois, e do engenheiro Lopes Cardoso já foram executados, pelo menos, quatro, independentemente de já terem sido feitos alguns meus.

Gostaria, pois, de lhe dizer que farei e procurarei fazer cumprir a lei, mas gostaria de chamar o Sr. Deputado a uma realidade, que é a realidade objectiva da zona de intervenção. Há momentos em que se pode acelerar o processo de entrega de reservas porque não prejudica e não cria grandes problemas em relação às colheitas e há outros momentos que não são as alturas indicadas para se trabalhar nas zonas de sequeiro. Penso que a partir da próxima colheita podemos acelerar porque temos um mecanismo, todo ele já legalizado, que nos permite fazê-lo. Por enquanto, continuo muito mais preocupado em conseguir pôr as zonas de regadio a produzirem este ano — portanto os pequenos agricultores com terra lá —, sem deixar de me preocupar com as devoluções, e já vou entregando reservas, aliás com a colaboração entre os trabalhadores e os reservatários.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra ao PCP para formular a sua primeira pergunta.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É conhecida a má situação económico-financeira da generalidade das empresas públicas e nacionalizadas e é conhecido também o facto de que, muito naturalmente, este problema nos preocupa. Na Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia, realizada em 11 e 12 de Março, analisámos esta situação, apontámos as suas causas e as suas consequências e avançámos com medidas concretas para a solução destes problemas. Face a esta situação, passamos a ler a nossa primeira pergunta: estando prevista no Orçamento Geral do Estado para 1978 uma verba superior a 7 milhões de contos para sanea-

mento financeiro das empresas públicas, perguntando-se: quais as empresas, montante e prazo de execução previstos no plano de aplicação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano para responder.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Vítor Constâncio): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A verba de 7 250 000 contos a que a pergunta faz referência destina-se essencialmente a proceder a aumentos de capital nas empresas públicas, tendo como objectivo não só operações de saneamento financeiro de empresas públicas, como também proporcionar a algumas dessas empresas os meios de capital próprio indispensáveis ao financiamento dos projectos de investimento que essas empresas têm de levar a cabo.

Este problema do saneamento financeiro das empresas públicas tem sido uma das preocupações prioritárias do Governo e do Ministério das Finanças. Relacionadas com essa prioridade, podem situar-se várias das medidas que foram tomadas no domínio do aumento dos preços e tarifas de empresas públicas, que foram determinadas, essencialmente, pela necessidade de melhorar a situação financeira de empresas públicas que desde 1974 têm sido um pouco vítimas de uma política de preços muito rígida e muito restritiva, no sentido de os Governos terem tentado utilizar as empresas e os preços que mais facilmente controlavam para, artificialmente, contarem o processo de inflação. Dessa contenção artificial de preços foram principalmente vítimas as empresas públicas, com graves prejuízos para a sua gestão e situação financeira.

Para além desses aumentos — a que, evidentemente, têm de corresponder algumas contrapartidas da parte das empresas no que diz respeito à melhoria das suas condições de gestão, etc., visto que os aumentos de preço não podem ser aprovados apenas para cobrir ineficiências que existam na gestão das empresas —, é evidente que se impõem também medidas de saneamento financeiro que têm de ser inseridas no mecanismo dos acordos de saneamento económico-financeiro previstos no Decreto-Lei n.º 353-C do ano passado, que introduziu para as empresas públicas um mecanismo análogo àquele que os contratos de viabilização introduziram para as empresas privadas.

Por razões que têm, essencialmente, a ver com a crise governamental do ano passado, algumas empresas públicas apresentaram propostas de acordos de saneamento económico-financeiro, mas nenhum deles teve andamento, devido, precisamente, penso eu, a essa crise governamental que se gerou. Só recentemente, como referirei a seguir, é que o Governo deu andamento a uma série de processos e assinei uma série de despachos criando as comissões indispensáveis para a elaboração das propostas desses mesmos acordos de saneamento económico-financeiro. É nesse contexto que o saneamento financeiro das empresas tem de ser visto: com dois tipos de medidas, essencialmente medidas dirigidas à consolidação dos passivos das empresas e aumentos de capital. Só que, como o Sr. Deputado sabe, neste momento, a estrutura financeira de muitas empresas públicas, é extremamente desequilibrada.

Desequilíbrio que, em muitos dos casos, vem já de antes do 25 de Abril, dado que o capital social dessas empresas era muito inferior ao activo imobilizado dessas empresas, criando, portanto, uma estrutura financeira precária e que, necessariamente, conduzia a encargos financeiros elevados.

Esta precária estrutura financeira acentuou-se, nalguns casos, após o 25 de Abril por não ter sido possível proceder aos necessários aumentos de capital e por as empresas terem também acumulado prejuízos durante esse período.

Significa isto que neste momento não há recursos financeiros disponíveis no Orçamento para resolver inteiramente o problema da estrutura financeira das empresas públicas exclusivamente através de aumentos de capital dessas mesmas empresas públicas. Seria bom que no Orçamento houvesse verbas suficientes para essa finalidade. Existem estes 7 250 000 contos e não foi possível — dentro dos condicionamentos do Orçamento que são conhecidos — prever uma verba mais avultada. Significa isto que teremos ainda este ano de confiar bastante também nos mecanismos de consolidação dos passivos das empresas através de várias medidas, em particular através da criação legal, que prevejo para breve, da emissão de obrigações por parte das empresas públicas que sejam colocadas junto da banca, a fim de consolidar os passivos das empresas públicas, aliviando assim a tesouraria das empresas, embora sem resolver de fundo a situação de estrutura financeira das empresas, que só poderá ir sendo resolvida a pouco e pouco, à medida que o Orçamento puder libertar verbas para os necessários aumentos de capital.

Por isso mesmo, o destino final da verba que está prevista no Orçamento está dependente das operações de consolidação de passivos que vão ser feitas no contexto dos acordos de saneamento económico-financeiro a celebrar com as empresas, e é nesse contexto que tem de ser estudado qual o aumento de capital que é necessário para coadjuvar o saneamento financeiro que essa consolidação de passivos vai proporcionar. Nesse sentido, como disse, foram já dados despachos de criação das comissões necessárias para a elaboração dessas propostas de acordos de saneamento económico-financeiro para a Rodoviária Nacional, a TAP, a Transtejo, o Serviço de Transportes Colectivos do Porto, a Setenave, a SNAPA, a CPP, a SNAVE, a Docapesca, fundamentalmente. Neste contexto, destas empresas que vão celebrar estes acordos, prevê-se que 1 200 000 contos da verba referida sejam utilizados para aumentos de capital.

Por outro lado, em relação a outras empresas, havia já compromissos do ano passado para aumentos de capital, que vão ser feitos na EDP, na Petrogal, na CNP, na Quimigal, na Siderurgia e na Carris, que levarão 2 400 000 contos. Os restantes 3 650 000 contos serão dedicados a aumentos de capital para se fornecerem às empresas os meios para financiarem os investimentos que vão fazer, e essa distribuição está dependente da aprovação final do PISEE, onde estão previstos os investimentos das empresas públicas, e é, portanto, em ligação com a aprovação do PISEE que se distribuirão estes 3 650 000 contos. Portanto, na altura em que for publicado o decreto-lei com o Plano e com o PI-

SEE é que será possível ter os elementos necessários para a distribuição desta verba.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Em primeiro lugar, Sr. Ministro das Finanças e do Plano, é evidente que nós não podemos deixar de dizer que estamos de acordo com algumas das suas afirmações, nomeadamente quanto à necessidade de, rapidamente, resolver ou tentar resolver a situação em que se encontram a generalidade das empresas públicas. No entanto, de facto, não foi dada resposta concreta ou mais concreta à pergunta que nós fizemos e, particularmente, a esta que é uma parte da pergunta: há ou não um plano de aplicação? Isto, para já não falar de como é que se chegou a estes 7 milhões, como é que o Governo pensa dar andamento a estas questões e quais os prazos. O Sr. Ministro fala em comissões que já foram nomeadas para resolver as situações, mas quanto a prazos, Sr. Ministro, em que ficamos?

Depois, o Sr. Ministro fala em números. Refere um conjunto de empresas muito amplo e diz que para essas empresas serão destinados 2,4 milhões de contos e entre elas integra, por exemplo — e isto é um exemplo apenas —, a Siderurgia. Segundo os nossos estudos, para a Siderurgia são precisos 2 milhões, o que significa que para as outras empresas restarão 400 000 contos. Isto significa, pura e simplesmente, aquilo que o Sr. Ministro disse: é que esta verba é ineficiente, e mais, que as verbas que vão ser dadas às empresas, muito provavelmente, são ineficientes e não vão ajudar a resolver o saneamento financeiro e as dificuldades económico-financeiras dessas empresas.

Para além disso, põe-se a seguinte questão: que medidas complementares é que o Governo pensa adoptar de apoio a estas medidas de saneamento financeiro, como é o caso da consolidação de passivos, como é o caso do aumento de capital próprio, como é o caso dos aumentos de preços. Inclusivamente — e esta é uma questão sensível — se o Governo pensa continuar uma política que coloca as empresas públicas a servirem — passe a expressão — de vacas leiteiras do sector privado, na medida em que a mais-valia gerada nestas empresas públicas é acumulada no sector privado, através dos circuitos de comercialização, através de uma política de preços que favorece, como se sabe, as empresas privadas, que podem aumentar os seus preços apenas com pré-aviso, enquanto as empresas públicas estão impossibilitadas de o fazer.

Também era importante ouvir o Governo referir a questão dos subsídios. Está ou não o Governo de acordo com uma política de subsídios, evidentemente pensada e estruturada em relação às empresas públicas, para não serem, evidentemente, as próprias empresas a sofrer as consequências de situações que não podem ser resolvidas de outra maneira?

Quanto a várias questões económicas e financeiras, também gostava — mas julgo que o tempo que tenho para intervir está a acabar, se não apresentava muitas outras questões — de colocar duas questões muito rápidas: uma, é se o Governo apoia e está interessado em pôr em prática uma política de

redução de custos, nomeadamente lutando contra os desperdícios e utilizando melhor as forças e as capacidades produtivas existentes. Nós demonstrámos que é possível aumentar a produção, mesmo sem investimentos, com a capacidade produtiva existente.

A segunda questão é a seguinte: se é através do congelamento dos salários e da redução dos salários que também se pretende resolver os problemas financeiros das empresas, quando em 1977 — e apenas para dar um exemplo —, enquanto o valor acrescentado bruto aumentou nas principais empresas públicas do sector de produção material em 63 %, as despesas financeiras em 52 %, a produtividade em 47 % e os encargos por trabalhador aumentaram apenas em 18,7 %, isto é, se esta política vai continuar a ser seguida?

Estas são algumas questões, para além das muitas outras que nós colocaríamos se tivéssemos tempo para isso.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro das Finanças e de Plano, faça favor.

O sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Eu gostaria de ter mais tempo para responder, mas começo por felicitá-lo por o ver a defender tão abertamente uma política de preços realista para as empresas públicas, sobretudo quando penso na maneira como a sua bancada reagiu aos recentes aumentos de preços, quando muitos deles foram determinados, exactamente, pelas razões que o Sr. Deputado acabou de apontar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a verba de 7 250 000 contos será insuficiente — eu também o disse —, só que esse problema tem cabimento na discussão sobre o Orçamento e nas limitações que lhe são inerentes. De facto, penso que é excessivo concluir daí que aquilo que se vai fazer não vai ajudar, como disse, o saneamento das empresas públicas. Vai ajudar precisamente na medida das limitações que existem.

Queria também esclarecer-lo que ao referir os 2 400 000 contos para várias empresas, me referi a compromissos já existentes, do ano passado, de aumentos de capital. Algumas dessas empresas beneficiarão também dos 3 650 000 contos, ainda por distribuir, a que me referi, para financiamento de novos investimentos. Assim, a Siderurgia não receberá apenas uma importância daqueles 2,4 milhões, mas também dos já referidos 3,6 milhões. Portanto, a conclusão que tirou não estava inteiramente certa.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Mas continua a não chegar!

O Orador: — Pois não chega, mas gostaria que me dissesse — e esse diálogo, neste momento, não se pode travar — como é possível, dentro dos condicionalismos do Orçamento, aumentar esta verba, pois além dos 7 250 000 contos estão também no Orçamento, como sabe, cerca de 10 milhões de contos para subsídios às empresas públicas. E ao referir os subsídios queria dizer-lhe que é evidente que em relação a muitas empresas públicas, sobretudo as

dos sectores que prestam um serviço social e em particular as dos transportes, não se pretende que as empresas tenham uma exploração equilibrada, dado que prestam um serviço social. Daí, portanto, que devam ser subsidiadas e que exista no Orçamento uma verba de mais de 10 milhões de contos para subsídios às empresas públicas, para além dos 7 milhões que se destinam a operações de aumentos de capital.

Quanto às medidas complementares de saneamento financeiro, referi que é no contexto dos acordos de saneamento económico-financeiro que vão ser celebrados e para os quais foi indispensável criar as comissões que foram criadas por este Governo — e esses despachos fixam prazos, que de momento não sei dizer, mas é evidente que ao nomear as diferentes comissões se lhes deu um prazo para apresentarem as propostas de acordos de saneamento económico-financeiro — que essas operações complementares de consolidação de passivos vão ser feitas. E para possibilitar essa consolidação, como disse, está neste momento em Conselho de Ministros um diploma que cria uma figura de umas obrigações especiais, a serem emitidas pelas empresas públicas, para poderem proceder a essa consolidação de passivos transformando os créditos a curto prazo da banca em obrigações a longo prazo, sujeitas, portanto, a um plano de amortização gradual, que muito contribuirá para diminuir as dificuldades financeiras das empresas públicas. São essas medidas, de carácter complementar, que estão neste momento a ser preparadas e que irão ser executadas quando as empresas celebrarem os acordos de saneamento económico-co-financeiro previstos na lei.

Quanto a darmos apoio à redução de custos, pois é evidente que sim e, de resto, já tivemos ocasião de aprovar uma resolução em Conselho de Ministros, que até já foi publicada, sobre a necessidade de as empresas públicas procederem a uma revisão dos seus orçamentos em termos de poderem prever as necessárias acções de economia, de austeridade nas despesas, evitar os desperdícios, a fim de que possam contribuir para uma redução dos custos e que, portanto, os aumentos de preços, que são indispensáveis, não sirvam para cobrir possíveis ineficiências na sua gestão, pois não seria admissível fazer pagar exclusivamente aos utentes ou consumidores, através dos aumentos de preços, as ineficiências ou falta de produtividade que se possa, eventualmente, verificar nalgumas empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem de novo a palavra o PSD para formular a sua segunda pergunta.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente: Volto a ser eu a apresentar a segunda pergunta porque as perguntas foram formuladas, como é sabido, no termo de uma declaração política que aqui fiz, como disse, em 8 de Março último e foram subscritas por mim, mas poderiam ter sido subscritas por vários Deputados, e, segundo o Regimento, compete ao subscritor fazer as perguntas. Senão, de bom grado eu as endossaria a outro.

Antes desta segunda pergunta, que creio ser de resposta muito simples, queria dar apenas uma ligeira explicação: segundo o que aqui foi afirmado, aquando do debate do Programa do Governo, pelo

Sr. Ministro da Agricultura, creio ter sido feita uma confusão quanto às unidades colectivas de produção e às unidades de exploração colectiva por trabalhadores, a que se refere o n.º 3.6 do artigo 73.º da Lei de Bases da Reforma Agrária. E como não temos conhecimento de que algo se tenha feito sobre isto, a pergunta é muito simples: gostaríamos de saber se, não sendo as UCPs e as UECTs a mesma coisa, está, no entanto, a ser praticada, com realidade, a colaboração do Estado na gestão de quaisquer dessas empresas agrícolas e, em caso afirmativo, de que modo.

E isto porque essas unidades colectivas exigem, como está definido naquele número do referido artigo 73.º, que elas, por deliberação própria, aceitem a colaboração do Estado na respectiva gestão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Governo para responder.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como se recordam, na discussão da Lei de Bases da Reforma Agrária houve já uma certa dificuldade em definir toda esta forma de exploração.

Nós temos estado a trabalhar na regulamentação dos estatutos das UECTs, que, portanto, vêm revogar os das UCPs, o que está pronto neste momento e foi enviado para o Conselho de Ministros. Sem esses estatutos não há, na realidade, colaboração entre o Estado e as unidades de exploração colectiva por trabalhadores, porque há aqui uma pequena definição mas não está regulamentado o que é uma unidade de exploração colectiva por trabalhadores.

Essa regulamentação já está pronta, penso que em breve será aprovada em Conselho de Ministros e depois nascerá mais este tipo de exploração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Secretário de Estado, chego à conclusão, apesar de o não ter dito claramente, de que não existe, pelo menos com realismo, essa participação e colaboração do Estado na gestão dessas empresas. É a conclusão a que se chega, que é evidente.

Eu queria perguntar ao Sr. Secretário de Estado se porventura há, no entanto, algumas explorações que estejam neste momento a ser geridas pelo Estado, por técnicos ou funcionários do Estado, e que tenham estado antes na posse de unidades colectivas de produção.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Que profundidade!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, faça favor.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Existem algumas explorações que têm gestores do Estado e que, portanto, têm a participação do Estado na gestão. O que não existe é a regulamentação dessa participação, embora haja várias unidades a pedirem a participação do Estado. Mas sem esta regulamentação, que cria esta figura jurídica

ca e a regulamenta, não há, na prática, um desenvolvimento do Ministério neste tipo de actividade.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mendes Godinho, para que efeito deseja usar da palavra?

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PS protesta com muita firmeza pela maneira capciosa como estão a ser feitas e desenvolvidas as perguntas ao Governo por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Estas perguntas, como é notório, fazem parte de uma campanha demagógica que organizações que dizem representar os interesses dos agricultores tentam fazer, aliás sem êxito, para atacar o Governo.

Estas perguntas procuram produzir efeitos que sirvam a campanha demagógica que a CAP vem fazendo, com ataques ao Governo e ameaças de perturbação da ordem pública, numa perspectiva que não é a da defesa dos agricultores, mas, sim, a da destruição da Reforma Agrária.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Para um curto protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para um curto protesto contra as afirmações que acabam de ser produzidas e que eu começo por lamentar, profundamente, porque, mais uma vez, através delas, parece que se está a querer cercear o direito de a oposição fazer as perguntas que muito bem entenda ao Governo.

Protestos do PS.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Peço a atenção da Câmara.

O Orador: — Não ouvi ainda da parte do Sr. Secretário de Estado considerá-las de algum modo capciosas ou coisa que o valha. Tem respondido ou procurado responder e, se ocultou alguma coisa, isso é outro aspecto. Mas o que ele não fez, de forma nenhuma, foi qualquer acusação, afirmação ou se-

quer insinuação de que se tenha usado de formas capciosas nas perguntas feitas.

Além disso, quero salientar, porque talvez o Sr. Deputado tenha estado desatento, que estas perguntas foram aqui formuladas em 8 de Março — portanto, há cerca de dois meses — e nunca vi que das bancadas do Partido Socialista ou de qualquer outro partido fosse feita qualquer oposição ou qualquer protesto contra essas perguntas.

Se porventura há organizações, há agricultores, que também se insurgem contra a actuação do Ministério da Agricultura e Pescas, isso é outro problema.

Nós formulamos as perguntas, creio que temos pleno direito de o fazer e que elas em nada, mas mesmo em nada, procuram usar de artifícios ou de formas capciosas; procuram, sim, obter esclarecimentos, esclarecimentos que esperávamos fossem mais concretos do que aquilo que têm sido, infelizmente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado deseja fazer novo protesto?

O Sr. Mendes Godinho (PS): — É para um breve contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD tem o direito de fazer as perguntas que entender e nós temos o direito de as interpretar, de lhes dar a sua interpretação correcta.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não têm nada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, queria interpelar a Mesa, além do mais, para o seguinte: segundo o que dispõe o Regimento nos seus artigos 205.º e seguintes, este debate de perguntas ao Governo creio que, tal como está regulamentado — e se está bem ou mal, não me compete agora estar a apreciá-lo mas, enquanto estiver em vigor, há que observá-lo —, é um debate, como V. Ex.ª logo no início referiu, entre o membro do Governo e o Deputado que faz as perguntas, nas circunstâncias que estão referidas.

O Governo não precisa, pelo menos ainda não demonstrou aqui precisar de ajuda e muito menos de ajuda tão deficiente e tão infeliz como aquela que o Sr. Deputado Mendes Godinho aqui tentou dar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS e do PCP: — Ah, sim! . . .

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, creio que para protestos, em qualquer sessão, seja ela para que efecto for, se deve sempre dar a palavra a um Deputado que sinta necessidade de protestar contra afirmações de outro Deputado.

O Sr. Deputado Mendes Godinho protestou; eu perguntei ao Sr. Deputado Marques Mendes que pediu a palavra se era para contraprotestar e o Sr. Deputado Marques Mendes disse-me que era para protestar contra as afirmações do Sr. Deputado Mendes Godinho. Assim, abriu a possibilidade de consentir um contraprotesto.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, eu desejava dar um esclarecimento.

Inicialmente, pedi a palavra para contraprotestar e agora pedi-a para interpelar a Mesa em relação a isso. O protesto foi feito em relação às perguntas que já estão publicadas no *Diário da Assembleia da República* há muito tempo. Ora, um protesto destes eu considero-o, além do mais, inaceitável, inteiramente fora de tempo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos. Tem a palavra o PCP para formular a sua segunda pergunta.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta que farei ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano está escrita e diz respeito ao Fundo Monetário Internacional. Antes, porém, e para aproveitar os dois minutos, já que ela é muito curta, vale a pena citá-la.

Nós todos sabemos qual tem sido o papel do FMI nas relações internacionais entre os chamados países ricos e entre estes e os países pobres. Sabemos que a sua função tem sido, entre outras, a de defender a hegemonia dos Estados Unidos da América, de defender também a hegemonia do grupo dos chamados países ricos, de defender de uma forma geral as posições imperialistas, e, em situações semelhantes àquela em que tratamos com ele, tem tido o papel de fiador, de fiscal e de instrumento de pressão ou de zelador de interesses, que, naturalmente, não são os interesses do país em causa. Toda a questão monetária, e questão monetária vista ao nível internacional, tem aliás sido sistematicamente posta em causa pelo grupo dos países que são a maioria e que não são beneficiados pelo actual sistema. Nós conhecemos, em particular, as dificuldades que têm sido encontradas pelo Governo para minimamente defender os nossos interesses.

E é neste sentido que fazemos esta pergunta: dos acordos bilaterais, no âmbito do chamado «grande empréstimo», quais e de que montante são os que podem ser utilizados na totalidade por Portugal, independentemente de qualquer acordo com o FMI?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Governo para responder.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sem outras considerações, que deixarei para outra oportu-

tunidade, e lembrando talvez apenas, e sem fazer comentários, que também países como a Inglaterra e a Itália tiveram recentemente de assinar acordos com o FMI . . .

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sem grande êxito! . . .

O Orador: — Com algum, Sr. Deputado, como se verifica pelos resultados económicos, e em particular na respectiva balança de pagamentos, quer num caso quer no outro.

Mas, deixando essa questão para outra altura e respondendo à pergunta que me foi feita, direi que dos países participantes no chamado «grande empréstimo», como disse, apenas em dois casos a contribuição se encontra desligada do acordo com o FMI. Foram os casos da Venezuela, cuja contribuição já foi concretizada de 22,5 milhões de dólares, e o caso do Canadá, que participou no chamado «grande empréstimo» não propriamente com um empréstimo, mas com uma dívida em espécie, de trigo, no valor de 15 milhões de dólares. Em todos os outros casos o problema foi sempre posto em termos de a concretização total dos respectivos empréstimos e contribuições ficarem dependentes de acordo com o FMI; nuns casos de forma mais rígida, noutras casos de forma menos rígida, isto é, admitindo alguns países que uma parte das respectivas contribuições não dependesse de um acordo prévio com o FMI, embora em termos de acordo e de contrato celebrado com o Banco de Portugal conste sempre uma cláusula de que o empréstimo era dado na pressuposição de que havia esse acordo e, nalguns casos, fazendo depender a concretização da totalidade do empréstimo da existência desse acordo. É o caso da Noruega, da Suécia e do Reino Unido, que já concretizaram contribuições, respectivamente, no valor de 3,3 milhões de dólares, 5,3 milhões de dólares e 10 milhões de dólares — portanto, com as restantes contribuições dependentes desse acordo —, e é ainda o caso da Suíça, que fez uma antecipação da sua contribuição total no valor de 30 milhões de dólares, embora dependente também da realização do acordo com o FMI, no sentido de que, se esse acordo não se concretizasse, esse empréstimo se tornaria imediatamente exigível e deixaria, portanto, de ser a médio prazo como acontece existindo acordo com o FMI.

Em todos os outros casos — nalguns ainda se estão a negociar os respectivos contratos e noutras os contratos estão negociados, — existe de facto essa dependência da celebração do acordo com o FMI.

O Sr. Presidente: — Há pedidos de esclarecimento?

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O Sr. Ministro, foi suficientemente claro na sua resposta, aliás a pergunta também era suficientemente clara para poder ser respondida.

Entretanto, eu volto a esta questão e não se permitem as palavras, pois ela é bastante importante e

todos nós temos consciência da importância para a economia portuguesa deste assunto ligado ao FMI. Deixando de lado os comentários já feitos sobre o papel do FMI no meio disto tudo, papel que reputamos de muito negativo, ficamos a saber que efectivamente os países ricos, que são a maioria daqueles que não estão mencionados aqui, estão bastante ligados ao FMI. Eles são muito nossos amigos, mas, passe o termo, querem garantias sólidas e garantias que vão muito além daquilo que seria exigível.

Mas a minha pergunta e a tentativa de mais esclarecimento é a seguinte: sabendo-se, como se sabe, que as negociações prosseguem; sabendo-se, como se sabe, que continua a haver exigências que não foram ainda resolvidas; sabendo-se, como se sabe, que um dos problemas é o problema ligado às questões de crédito e às taxas de desconto, a pergunta é se tudo isto não terá uma saída que será no fundamental contrária mesmo aos nossos interesses e, nomeadamente, à defesa do sector público, uma vez que algumas exigências que julgo conhecer iriam criar graves dificuldades no domínio do crédito, nomeadamente ao vasto sector público das empresas portuguesas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, se entender responder.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se queria fazer alguma pergunta concreta em relação a isto ou se produziu um comentário, porque fiquei um pouco na dúvida.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — A minha pergunta concreta, Sr. Ministro, não pode ser tão concreta que me possa responder, se as negociações exigem que não responda. Ela tem de ser suficientemente concreta como foi, isto é, o que é que o Sr. Ministro pensa poder adiantar a respeito da solução, nomeadamente das questões de crédito e da taxa de desconto do Banco de Portugal. Naturalmente que não lhe quero fazer uma pergunta que seja tão concreta que mereça também uma resposta muito concreta, que é a que não me possa responder neste momento.

O Orador: — De facto, o Sr. Deputado fez mais um comentário do que outra coisa, e só lhe posso responder que o Governo, nas negociações que tem vindo a fazer, tem procurado defender pontos de vista que permitem que não só os objectivos quanto à expansão do crédito como o aumento das taxas de juro sejam de facto compatíveis com os objectivos gerais para o funcionamento da economia que estão definidos no Plano anual que o Governo apresentou à Assembleia e, em particular, em relação ao sector público.

De resto, como sabe, o único aspecto, para além da política geral de crédito, seus limites globais e taxas de juro, que está em causa é também aquele que se refere ao financiamento junto do sistema bancário, do sector público administrativo, em ligação com o Orçamento Geral do Estado e, portanto, não abrangendo as empresas públicas que para este efeito são colocadas no mesmo pé que as empresas

privadas, portanto dentro do sector produtivo da economia. Consequentemente, não existe em relação ao sector público produtivo nenhuma limitação específica nem nenhum aspecto específico que seja objecto de negociação.

Queria também salientar-lhe que o que está evidentemente em causa, e é mais importante no que se refere às taxas de juro, são as taxas de juro dos empréstimos que vão ser feitos às empresas e não propriamente a taxa de desconto do Banco Central, como referiu, que evidentemente tem ou pode ter alguns reflexos, mas também pode não ter, em relação ao aumento das taxas de juro que são utilizadas para os empréstimos às empresas e aos clientes da banca em geral, visto que a taxa de desconto apenas tem incidência na relação entre o Banco Central e os bancos e não directamente, embora indirectamente tenham, mas não directamente numa relação inteiramente linear com as taxas de juro activas dos empréstimos a fazer aos clientes da banca.

Penso que esta nota também tem algum significado para lhe dizer que também por aí me parece que a forma como as coisas estão neste momento a decorrer não virá a conduzir a condições que se possam considerar excessivas ou excessivamente gravosas para as empresas em geral e, portanto, também para as empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o PSD para nova pergunta.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, creio que a terceira pergunta é também muito clara e muito simples.

Queria antes de mais, e já agora que foi levantado o problema, que o Sr. Secretário de Estado que vai responder dissesse se considera que estas perguntas têm sido capciosas, ou se não são perguntas concretas.

Uma voz do PS: — Diz que sim!

O Orador: — Relativamente à primeira pergunta, e se a memória me não falha, foi mesmo o Sr. Secretário de Estado de Estruturação Agrária aquando do debate aqui nesta Câmara da Lei de Bases da Reforma Agrária, que referiu concretamente um número da ordem das três dezenas ou superior de decretos-leis que eram necessários para pôr toda esta legislação a funcionar. E efectivamente afigura-se-me que há aqui no artigo 75.º três pontos fundamentais que são os contidos nas perguntas, e que são o regime do uso da terra, os princípios reguladores das várias formas de empresas agrícolas e o regime de entrega para exploração dos prédios expropriados ou nacionalizados.

Devo esclarecer que não foi expressamente mencionada na pergunta a questão do processo e o exercício do direito de reserva, isto pela razão que já há bocado apontei. Quanto a esta matéria, embora admita que com deficiências alguma legislação existia, e a própria Lei de Bases a ressalvava expressa e claramente, em relação às outras é que não havia nada. De toda esta legislação, só hoje saiu no *Diário da República* o decreto-lei relativo ao processo do exercício do direito de reserva. É a única que se conhece.

Portanto, a pergunta é esta e é muito simples: concretamente para quando está prevista a legislação, que terá de ser variada, certamente, e se alguma já está prevista em concreto, para quando a sua publicação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado António Campos.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Sr. Deputado, por mim não quero de maneira nenhuma cercear-lhe o seu direito de oposição.

O Sr. Marques Mendes (PSD): Ainda bem!

O Orador: — E, por outro lado, também não me preocupa muito a forma como pergunta. Peço-lhe, no entanto, que reconheça também o meu direito de responder como entender e que, portanto, se os esclarecimentos não são aqueles que pretende, são aqueles que pelo menos lhe posso dar.

Em relação às prioridades há efectivamente umas dezenas de decretos-leis que têm de sair para regulamentação das Bases Gerais da Reforma Agrária. E destes três que coloca — do regime do uso da terra, dos princípios reguladores e do regime de entrega — foi aprovado em Conselho de Ministros o do regime de entrega, que neste momento está para publicação no *Diário da República*, e continuamos a trabalhar nos outros dois que menciona na sua pergunta. Mas, como deve compreender, há um conjunto de prioridades que temos de ordenar para a execução das Bases Gerais da Reforma Agrária e, portanto, escolhemos de um sem-número de diplomas uns para pequeno prazo, outros para médio prazo e outros para prazo mais longo. E aqueles que escolhemos de imediato são os que têm uma interferência com a aplicação da lei, que é o caso do regime de entrega para exploração, que neste momento já está para publicação no *Diário da República* e que já passou, portanto, em Conselho de Ministros.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Marques Mendes deseja pedir esclarecimentos?

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Queria só fazer um pedido de esclarecimento muito simples, Sr. Presidente.

Creio que ouvi mal ou então o Sr. Secretário de Estado disse que já estava para publicação o decreto referente ao regime do uso da terra. Não é assim, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária — Não, Sr. Deputado. É o decreto referente ao regime de entrega para exploração, pois os outros dois estão a ser trabalhados.

O Orador: — O que queria também dizer é que não censurei a forma como o Sr. Secretário de Estado responde, só disse que não teria respondido completamente a tudo e relativamente à primeira pergunta. Mas ainda bem que reconhece que temos o direito de fazer estas perguntas.

Só queria ainda perguntar-lhe se pode prever, não concretamente, como é natural, pois comprehendo que

seja difícil e talvez até precise de vários decretos, mais ou menos, quando será possível termos essa legislação.

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Posso dizer-lhe que tanto o regime do uso da terra como os princípios reguladores das várias formas de empresas agrícolas estão no nosso calendário a médio prazo. Temos de fazer frente a um sem-número de diplomas urgentes, e estes não são prioritários para nós.

O Sr. Presidente: — Vou dar a palavra ao PCP para formular a sua terceira pergunta.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo: Foi já publicamente reconhecida a anormalidade do fornecimento de sementes na campanha de 1977-1978.

No entanto, para além do inquérito determinado pelo MAP relativo à importação de sementes de aveia da Noruega, também se registou uma evidente demissão das responsabilidades que cabem aos organismos responsáveis no que toca à distribuição de outras sementes não suficientemente identificadas e sem quaisquer indicações técnicas.

Novas anormalidades estão agora a registar-se com as sementes de arroz e com a distribuição pelo IAPPO de semente espanhola de girassol, cujo período de validade terminou há um ano.

Face a isto, pergunta-se: Que medidas foram ou serão tomadas, e a que prazo, para inventariar os prejuízos e os produtores prejudicados, e os indemnizar pelas despesas realizadas com as searas originárias de tais sementes e pela perda total ou parcial das respectivas produções?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Governo.

O Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário (Vaz Portugal): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha resposta à pergunta seria relativamente simples e vou directamente a ela, embora não deixe, na parte final, de tecer algumas considerações.

Sem dúvida alguma que as sementes importadas da Noruega se apresentavam com ciclo vegetativo não adaptável às condições do nosso país. Portanto, foi cometido, sem dúvida, um erro.

Quanto ao problema do arroz, que o Sr. Deputado me apresentou, devo dizer que, embora as variedades *Ribe* e *Stirpe* estejam esgotadas, há, neste momento, stock suficiente para poder conduzir as culturas a bom prazo, tais como a variedade *Allorio Balilla* e *Rinco*.

Quanto ao problema do girassol, foi detectada, num primeiro lote, uma incapacidade vegetativa da semente e a EPAC enviou essa semente para extração de óleo. O segundo lote de semente que a EPAC tem de girassol já apresentava capacidade vegetativa da ordem dos 92 %.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço licença, Sr. Secretário de Estado, para o interromper, pois só posso

intervir no debate se o Sr. Secretário de Estado me permitir.

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O pedido de esclarecimento que queria fazer-lhe era se o Sr. Secretário de Estado pode indicar-me as datas dessas importações.

O Orador: — Lamento profundamente mas não tenho dados para lhe dar concretamente . . .

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nem aproximadamente, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Posso indicar que o primeiro lote foi importado, suponho, em Maio de 1977; o segundo lote, em Março de 1978.

Em todo o caso posso confirmar e dar-lhe depois esses números concretos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E em relação às sementes da Noruega?

O Orador: — Quanto às sementes da Noruega, acabei de dizer, quando foquei o problema da aveia, que realmente o seu ciclo vegetativo não se adaptava às condições nacionais.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E quanto à data da importação dessa semente, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Não tenho datas para lhe dar, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Mas aproximadamente . . .

O Orador: — Nem aproximadamente lhe posso fornecer datas, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Mas foi, com certeza, no decorrer do ano de 1977?

O Orador: — Eu temo poder errar. Mas a questão está em que realmente o núcleo que foi importado não era adaptável às condições nacionais. Este é que é o problema n.º 1 que se tem de pôr.

Quanto às medidas tomadas pelo Governo, desejava informar o Sr. Deputado Custódio Gingão que foi imediatamente nomeada uma comissão de inquérito, que entregou hoje mesmo ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas o respectivo relatório.

Ao mesmo tempo devo adiantar à Câmara que já foi decretado, para evitar a continuação de situações desta natureza, que todas as sementes a importar no futuro passem a ter uma aprovação da Secretaria de Estado do Fomento Agrário, através da Direcção-Geral da Protecção Agrícola, por forma que se saiba perfeitamente aquilo que se quer importar, aquilo que é adaptável às condições nacionais e aquilo que se situa dentro de um ordenamento cultural para o País. Há, portanto, o desejo de fornecer à agricultura portuguesa as variedades adaptáveis ao tipo de ordenamento programado para a sua utilização.

Pensamos também que um maior *contrôle* pelos técnicos das direcções-gerais regionais sobre as épocas de sementeiras e as culturais mais adequadas para essas sementeiras poderá no futuro evitar situações idênticas áquelas por que passamos.

Para finalizar, permita-me que lhe diga, em resposta à sua pergunta sobre a aveia importada da Noruega, que houve realmente uma falta de estratégia em relação ao problema nacional.

Quanto às linhas de inquérito e seus resultados, devo tranquilizar o Sr. Deputado de que o Ministério da Agricultura e Pescas está perfeitamente consciente de que vai ao encontro da lavoura desde que se justifique a sua indemnização.

Parece-me que este problema de sementes é um problema altamente premente, é um problema que preocupa a Secretaria de Estado do Fomento Agrário no sentido de definir doutrina sobre esta matéria, doutrina essa que passa necessariamente pela elaboração de listas de variedades onde serão incluídas as culturais para as quais é permitida a comercialização de sementes e os quantitativos necessários de sementes de alta qualidade em função das necessidades impostas. Aliás, chamo a vossa atenção para este fenómeno, pois que, com o ordenamento cultural do território e o conhecimento das solicitações regionais, o técnico, com o contacto directo com a exploração e com o local, poderá definir aquilo que serve à respectiva exploração, controlar a qualidade das sementes no mercado, controlar as sementes importadas, importar o que a produção ordenada pede, conduzir os agricultores a usar sementes de alta qualidade (índices adequados de semente certificada ou semente própria de qualidade assegurada) e assegurar — e parece-me que isto é altamente importante — em tempo útil o fornecimento dessas sementes, por forma que o desfasamento entre o ciclo vegetativo e a altura em que se vai programar a sementeira, em face das variáveis climatéricas deste país, possa permitir uma determinada segurança em relação à cultura que se faz.

O Sr. Presidente: — Mais alguém deseja formular pedidos de esclarecimento sobre esta matéria ao Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário?

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Pela resposta que o Sr. Secretário de Estado dá, as intenções parecem ser boas, mas o que não é menos verdade é que no ano passado, numa reunião que houve em Évora com o Secretário de Estado do Fomento Agrário de então, eu próprio tive a oportunidade de fazer sentir a esse membro do Governo que as sementes então no mercado não satisfaziam. Estávamos, na altura, a um mês das sementeiras e o Sr. Secretário de Estado garantiu-me que estavam criadas todas as condições para fazer uma sementeira normal. A verdade é que, por aquilo que se está a passar, eu tinha razão quando afirmava que, afinal, as sementes não estavam normalizadas.

No entanto, uma das preocupações que ainda continuo a ter é a seguinte: o Sr. Secretário de Estado disse que foram detectadas, no caso do girassol, sementes que tinham um poder de germinação muito fraco. A essas unidades colectivas de produção, cooperativas e outras entidades a quem foram distribuídas e que utilizaram essa semente, o que é o Governo pensa em relação à indemnização desses prejuízos devidos às sementes que foram entregues e que não têm poder germinativo?

Já agora que estamos, já não chega a um mês, a procurar novas sementes — e com um ano que não foi famoso e com regiões em que ainda há boas searas de trigo e de cevada nacionais —, pergunto o que é que o Ministério e os seus técnicos pensam em relação às novas sementes. Porque com as cevadas e os trigos que há podem-se, muito bem, se os técnicos forem enviados para isso, arranjar sementes nacionais a fim de evitar que, mais uma vez, vengham sementes que nós não conhecemos. E nós temos conhecimento que as nossas sementes se dão perfeitamente no nosso clima. Eu gostaria, portanto, de saber o que é que o Ministério pensa neste sentido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Peço desculpa, mas, se o Sr. Presidente me permite, vou intervir agora porque há uma parte que me diz respeito a que gostaria de responder.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Claro que quando fui a Évora e fiz a reunião com todas as cooperativas afirmei que estava garantido o abastecimento de sementes. A entidade e a Secretaria de Estado que trata do problema das sementes não é, como sabe, o Fomento Agrário, mas é outra Secretaria de Estado. Mas nós tínhamos a garantia de um total abastecimento de sementes à lavoura e era essa medida que competia ao Fomento Agrário: ir ter com as cooperativas e com todos os agricultores e dizer que tínhamos sementes garantidas.

Notou-se, efectivamente, que a variedade da aveia era uma variedade de ciclo curtíssimo, que não estava, de maneira nenhuma, adaptada às condições portuguesas e que, portanto, vai trazer largos prejuízos às pessoas que a semearam. Mas também queria dizer-lhe uma coisa que é importante: é que hoje começo a ver certa imprensa a querer justificar o abaixamento de produção pela questão do problema das sementes e, tanto quanto eu sei, o problema só se põe nas aveias e muito curtamente nas cevadas numa percentagem bastante diminuta, para não dizer mesmo diminutíssima.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — E nos trigos?

O Orador: — Nos trigos isso não acontece, pois as variedades são as que se cultivavam habitualmente em Portugal. Não houve nenhuma variedade que não estivesse adaptada em Portugal e que não fosse

cultivada em Portugal. O que se passa é que algumas variedades de ciclo curto foram semeadas demasiado cedo — o caso dos «sete secos», por exemplo, que foi semeado antecipadamente, mas essa variedade é mais que conhecida em Portugal e a sua cultura é habitual no Alentejo.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário, se assim o entender.

O Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário: — Eu gostaria de completar a minha resposta ao Sr. Deputado Custódio Gingão da seguinte forma: não há dúvida nenhuma que não é só a semente que constitui o factor decisivo de uma sementeira, embora seja um dos factores de produção. A preparação do solo, a apresentação da semente ideal e a adaptabilidade do seu ciclo vegetativo a determinadas condições climáticas podem — e tive ocasião de verificar isso no Alentejo, numa visita que fiz na última semana — contribuir para isso. Há, sem dúvida alguma, searas com a mesma semente que se apresentam num estado bom e há sementes, ao lado, semeadas quinze dias ou três semanas depois, que se apresentam extraordinariamente más.

O Sr. Florêncio Matias (PS): — Isso é verdade!

O Orador: — Isto não é uma desculpa. É, pura e simplesmente, para sublinhar que um dos factores de produção é a semente, mas há mais factores a interferir dentro do mecanismo de produtividade da sementeira.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes, do PSD, para formular a sua última pergunta ao Governo.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — É realmente a última pergunta, aliás muito simples, como as outras.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — Vocês falam muito, mas aproveita-se pouco!

O Orador: — Muitos comentários faz o Sr. Deputado. Se guardasse essa euforia para outras circunstâncias, fazia melhor . . .

Risos do PS e PCP.

Ninguém ignora certamente que o artigo 51.º da Lei n.º 76/77, portanto a lei do Arrendamento Rural, dispunha e dispõe que o Governo, no prazo de três meses após a sua publicação, deveria regulamentar por decreto-lei a sua execução, nomeadamente quanto ao funcionamento das comissões concelhias de arrendamento rural e à forma de remuneração dos seus membros.

Ora, estão decorridos sete meses após a publicação desta lei — foi publicada em 29 de Setembro —, o actual Governo já tem três meses de existência após a sua posse e a verdade é que não se conhece ainda regulamentação sobre as comissões concelhias. E isto começa a ser tanto mais grave quanto, em vários casos e bem, os agricultores co-

meçam a sentir uma necessidade que é imperiosa, efectivamente, porque estas comissões concelhias podem e terão certamente muito interesse na resolução de imensos problemas do mundo rural. Já estão a constituir-se e algumas já estão formadas, só que não podem entrar em funcionamento. Pode o Sr. Secretário de Estado estranhar um bocado que eu diga isto, mas a verdade é que o artigo 38.º, conjugado com o artigo 51.º, não impede que elas se vão constituindo. O que impede, isso sim, é que entrem em funcionamento.

A pergunta, muito clara, que gostaria de formular ao Sr. Secretário de Estado é a seguinte: para quando essa regulamentação que venha organizar e permitir o efectivo funcionamento dessas comissões concelhias do arrendamento rural?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A resposta é muito simples: o diploma está pronto. Já esteve em discussão em Conselhos de Ministros e está, neste momento, a ser objecto de ligeira revisão de tipo jurídico. Espero, portanto, que a breve prazo veja a luz no *Diário da República*.

Claro que a lei impunha os três meses, mas, como sabe, houve um interregno e, portanto, foi uma das preocupações do Ministério, logo que tomou posse, ultimar toda a regulamentação das comissões concelhias, que está pronta neste momento e espero seja aprovada em Conselho de Ministros na próxima semana.

O Sr. Presidente: — Há pedidos de esclarecimentos, Sr. Deputado Marques Mendes?

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Bem, felicito-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Secretário de Estado, por me dizer que, dentro de uma semana, ela poderá estar aprovada em Conselho de Ministros. Pelos vistos, já lá foi e não foi aprovada . . .

Para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quero dizer apenas o seguinte: creio que estarão todos bem recordados, o Sr. Secretário de Estado também, que aqui foi dito, na votação na especialidade da Lei do Arrendamento Rural, quando proferimos a nossa declaração de voto, que essa lei e, essencialmente, a Lei de Bases não era a nossa lei, não era aquela que nós entendímos como a melhor. Apontámos-lhe alguns defeitos, mas dissemos, no entanto e muito claramente, que, se o Governo e os serviços respectivos a aplicassem fielmente, poderia contribuir decisivamente para uma melhor justiça no mundo rural.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Justiça para os latifundiários, não?

O Orador: — Essas duas leis continham, em si mesmas, uma promessa para uma melhor vida rural dos agricultores portugueses.

Efectivamente, e lamento ter de o afirmar aqui — a prova creio que ficou, destas simples perguntas, bem marcada —, continuamos a viver em mera promessa.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária desejar responder, faça favor.

O Sr. Secretário de Estado da Estruturação Agrária: — Sr. Deputado Marques Mendes, realmente eu tenho o cuidado — é um hábito que tenho — de ler todos os dias a imprensa e tenho visto mesmo que, se há alguém, neste momento em Portugal, que seja o santo milagreiro de promessas, é realmente da bancada do Sr. Deputado . . .

Aplausos do PS.

Penso que respondi às suas perguntas e penso que a maior parte delas até estavam ultrapassadas. Do sem-número de diplomas por que me perguntou, alguns, como lhe disse, já passaram mesmo no Conselho de Ministros, outros estão em Conselho de Ministros, de maneira que não aceito, de maneira nenhuma, a conclusão final que o Sr. Deputado tirou deste diálogo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o PCP para apresentar ao Governo a sua quarta pergunta.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: O Partido Comunista tem por várias vezes insistido na proposição de linhas de orientação para a produção agrícola nacional e para outros sectores da actividade económica portuguesa.

Creio que das respostas dadas pelo Governo à pergunta formulada pelo meu camarada Custódio Gingão subsistem no ar fortes razões de receio para os produtores agrícolas. É que, na realidade, não se viu uma orientação no sentido da condenação da incompetência manifesta da entidade Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), aliás nomeada pelo então Ministro António Barreto. E também não se vê que, perante o autêntico descalabro em que a produção foi lançada, se tomem ainda em devido tempo orientações técnicas capazes de salvar alguma coisa daquilo que foi produzido com tanto esforço.

Não se pode sequer deixar no ar a sugestão de que muito disto falhou por incompetência dos agricultores, porque eles semearam aquilo que a EPAC lhes distribuiu na altura. É, portanto, preciso que o Governo diga, claramente, se, como e quem vai indemnizar.

No entanto, e ainda nesta linha de defesa da produção nacional, nós gostaríamos de colocar outra questão, que é a seguinte:

Ao mesmo tempo que continuam grandes dificuldades no escoamento do gado, o Governo aumentou os preços de garantia à produção muito menos do que os já elevados preços dos factores de produção. Por outro lado, registam-se numerosos casos, particularmente em unidades colectivas e cooperativas de produção, em que os serviços oficiais não autorizam, durante meses, o abate de vacadas brucélicas. E assim resulta um drástico desincentivo ao desenvolvimento da produção.

Simultaneamente, o Governo, aumentando embora os preços pagos à produção pelo leite das classes A

e B, reduziu para metade os subsídios de equipamento e construção necessários à produção de leite da classe A, bem como o subsídio de quantidade (por litro de leite desta classe). De tal política resulta o refreamento do aumento da produção do leite de qualidade. Do mesmo modo que a manutenção da contestada classe C apenas redonda em prejuízo dos produtores e na facilitação das manobras especulativas de certos industriais.

Mais concretamente, as perguntas são as seguintes: «Como vai o Governo alterar esta situação gravosa para a economia nacional e para os produtores? Que medidas serão accionadas para tornar efectivamente acessível a todos os interessados, nomeadamente os pequenos agricultores e as unidades colectivas e cooperativas de produção, o crédito para forragens, que existe mas que, na prática, não lhes é acessível?»

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Governo para responder.

O Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dizer-lhe, Sr. Deputado Vítor Louro, que não comungo das suas fortes razões de receio. Julgamos que neste momento está em causa o aparecimento de um relatório que vai detectar de quem foi a falta. E estamos perfeitamente conscientes de que os faltosos serão condenados.

Simplesmente, Sr. Deputado Vítor Louro, penso que a falta não reside exclusivamente na utilização de uma semente, mas também no facto de se saber ou não manipular essa semente. E isto independentemente de podermos aceitar que em determinados casos foi a semente que falhou como factor de produção.

O que me parece, Sr. Deputado, é que se terá de acabar com um determinado grau de paternalismo; uma empresa viável tem de mostrar a sua capacidade de gestão. E independentemente de erros estratégicos, que possivelmente teriam sido cometidos pela empresa pública, não há dúvida de que, quando se utiliza uma semente, se deve — e aqui o meu «deve» situa-se com um certo grau de flexibilidade — ter a certeza de que se está, efectivamente, a utilizar a semente adequada.

Quanto aos problemas concretos que a sua pergunta levantou, Sr. Deputado Vítor Louro, queria dizer-lhe que a convicção do Ministério da Agricultura e Pescas é que uma das suas principais funções é produzir produtos alimentares que contribuam para a definição de uma dieta integrada do povo português. O leite nesta altura entra na dieta do povo português com cerca de 150 g/dia, e a aspiração deste Governo é que esse produto possa vir a atingir os 300 g ou 400 g/dia. Isto equivale a dizer que para um período de quinze a vinte anos se terá de programar o desenvolvimento da pecuária, da produção de leite, criando unidades viáveis e responsáveis pela sua produção.

De facto, a viabilidade dessas unidades passa necessariamente pelo principal factor que incentiva a produção, que é o preço do produtor, que deve ter em conta um produto que se soube produzir em condições adequadas.

Não há dúvidas nenhuma de que o fim da política de produção de leite da classe A, com a quase tentativa de eliminar a classe C, é o de provocar o aparecimento de unidades capazes de poderem produzir um produto de elevado valor alimentar. Veja o Sr. Deputado que a produção de leite da classe C pode contribuir, em larga escala, para o facto de este vir a ser vendido como classe B ou como classe A, se o processo não for devidamente controlado.

Por isso, ao tentar-se uma política de preço real para o leite, procurou-se, tanto quanto possível, que não fosse através dos subsídios — e foi dada uma certa ênfase ao subsídio — que ele atingisse para o agricultor a real valia para aquilo que está a produzir. Em outros termos: se o produtor souber produzir ao preço estipulado por unidade de leite, ele tem fortes possibilidades de poder organizar a sua exploração em termos de reduzir ao mínimo aquilo que antigamente nada contribuía para a selecção porque o mau produtor era comparado ao bom produtor.

Quanto ao problema que o Sr. Deputado pôs relativamente às vacas brucélicas, a única resposta que lhe posso dar, e que traduzirá aquilo que acontece, é a seguinte: Se será pior eliminar já essas vacas brucélicas, ou antes, tentar fazer uma recuperação delas, por forma que o desequilíbrio da sua eliminação em relação a uma vacada não provoque, por dificuldades de proceder à sua substituição, que seja o próprio agricultor quem venha a sofrer.

É por isso que se pretende, tanto quanto possível, isolar essas vacas em determinada zona de propriedade, tentar engordá-las e, inclusivamente, tentar também, tanto quanto possível, que elas possam continuar a produzir uma determinada quantidade de leite.

Quanto ao problema do crédito, queria dizer-lhe, Sr. Deputado Vítor Louro, que é convicção nossa de que o crédito é uma arma altamente importante para o ordenamento cultural do território português e ele tem de ser dado de uma forma certa, por forma que traduza a planificação do Ministério da Agricultura e Pescas. Direi mesmo, Sr. Deputado, que preferímos ver que o crédito fosse ao encontro da exploração viável deste país a que continuasse a apoiar apenas um único produto dessa exploração.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, informo-o de que já terminou o seu tempo, pelo que peço o favor de abreviar a sua intervenção.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

É que nessa altura o crédito pode fomentar o desenvolvimento de uma rotação adequada, de que a forragem é um dos produtos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para solicitar esclarecimentos, porquanto, mais uma vez — e peço desculpa pela minha insistência neste ponto — me parece que ficou no ar a ideia manifestada pelo Sr. Secretário de Estado de que outros, para além da EPAC, terão tido responsabilidades no fracasso da campanha cerealífera.

E é neste sentido, Sr. Secretário de Estado, que chamo a sua atenção para o facto generalizadamente reconhecido de a EPAC ter distribuído no início da campanha sementes de ciclo curto e no final da campanha sementes de ciclo longo. E mais: de ter distribuído sementes sem qualquer indicação sobre as suas características e às vezes, inclusivamente, sem a própria identificação. Nomeadamente no que toca às aveias, a única identificação que havia nos sacos era a do navio por que tinham sido transportadas . . . Não se atire, portanto, com a responsabilidade para cima daqueles que, muitas vezes, desgraçadamente, nem sequer sabem ler.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E isto já não por culpa da EPAC, Sr. Secretário de Estado, mas do fascismo, que foi uma realidade neste país e o Sr. Ministro Sottomayor Cardia é capaz de se recordar disso.

Risos.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura (Mário Sottomayor Cardia): — Todos nós nos recordamos, Sr. Deputado . . .

O Orador: — De resto, estamos ainda a tempo de serem dadas orientações técnicas para salvar alguma coisa. E a verdade é que alguns técnicos recomendam que se lance o gado para as searas e o facto é que o gado entra nas searas e não come o que lá está. Então os trabalhadores perguntam: o que é que faz? E os senhores é que andaram na Universidade e nas escolas de regentes agrícolas e não os trabalhadores . . .

Relativamente à substituição das vacadas brucélicas, é preciso que se diga que muitas vezes estão novas vacas sãs para entrarem na herdade ou na exploração, o que não é possível porque a pastagem não dá para duas vacadas e, no entanto, os serviços oficiais continuam a não permitir o abate da vacada doente. Tudo isto redundando, evidentemente, em prejuízo daqueles que podiam produzir produtos de qualidade e que por esta acintosa atitude dos serviços oficiais são levados a enormes prejuízos.

É evidente que o leite pode e deve, pois tem condições para isso, promover um desenvolvimento agrícola interessantíssimo. Mas é impossível as unidades de exploração lançarem-se na produção de leite se lhes for vedado o acesso ao crédito para esse fim. E é isso precisamente que se verifica. E é neste sentido, Sr. Secretário de Estado, que lhe pedia que me dissesse que medidas serão tomadas para tornar o crédito existente acessível àqueles que o querem utilizar e que não o podem fazer porque isso lhes é vedado — concretamente não sei a que nível, mas é-lhes vedado na prática.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para responder, se assim o entender.

O Sr. Secretário de Estado do Fomento Agrário: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não estou aqui a defender a EPAC, até porque eu herdo uma situação . . .

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Somos Secretário de Estado há dois meses e tal . . .

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — A culpa é do Barreto!

O Orador: — . . . contudo, o que devo dizer ao Sr. Deputado, e pode estar firmemente convicto disso, é que, detectados os culpados, estejam onde estiverem — e não há dúvidas e já foi dito que houve um erro estratégico quando se comprou a aveia —, pagarão aquilo que terão de pagar . . .

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Muito bem!

O Orador: — . . . em termos de resposta a erros cometidos.

Vozes do PS, CDS e PCP.

O Orador: — Quanto às vacadas brucélicas, Sr. Deputado, continuo a pôr-lhe um problema: teria de me informar bem melhor do que possivelmente me informei, mas a explicação satisfaz-me. Se há um desejo de tentar recuperar essas vacas para consumo público, em termos de carne e para produção de leite, estou convicto de que mesmo apesar da competitividade para a pastagem entre elas e as novas vacas que vêm ingressar na vacada, se houver disponibilidade para o seu afastamento, a ver se se recuperam, julgo que era de o fazer. Tudo depende de uma análise às condições, caso a caso.

Quanto ao aspecto de crédito, Sr. Deputado, ou estou firmemente convencido de que o crédito tem de servir planos de exploração adequados para este país e tendo em conta a sua localização, porque se assim não for, se deixarmos ao gosto de cada um continuar a definir a sua empresa agro-pecuária, nunca mais faremos o ordenamento territorial deste país.

Portanto, o crédito terá de ser concedido, o crédito deve incentivar um programa de desenvolvimento do sector agrícola para o País, por forma que se faça onde se deve fazer e o que se deve fazer.

E não há dúvida nenhuma de que a melhor forma de poder apoiar uma atitude destas é aprovar um projecto ou um programa de exploração.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faltam apenas cinco minutos e há ainda duas perguntas a responder. É evidente que não há tempo para uma, quanto mais para duas. Nestas condições, penso que terminariam a sessão e que essas perguntas ficariam para responder noutra sessão.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Cardia e o Sr. Secretário de Estado Romero Magalhães estão aqui há bastante tempo para responder a essas perguntas. Se todos os grupos parlamentares estivessem de acordo, prolongávamos

esta sessão apenas pelo tempo necessário para serem formuladas e respondidas as perguntas. Estando os tempos tabelados no Regimento, isso não vai prolongar em muito a sessão.

O Sr. Presidente: — Não há oposição?

Pausa.

Como não há, tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra para formular a quinta pergunta.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Programa do II Governo anuncia a apresentação das bases gerais do sistema de ensino e anuncia que serão submetidas a debate público. Ora, o que se passa na realidade é que estas bases gerais, que já vinham anunciadas no Programa do I Governo, ainda não foram apresentadas nem em debate público nem à própria Assembleia da República e que começam a estar em grande medida esvaziadas do essencial do seu conteúdo. Entretanto, o Ministério, em vez de começar exactamente por ai, pelo lançamento das bases gerais do sistema de ensino, tem produzido toda uma gama de decretos-leis e ultimamente até de despachos que vão condicionar em muito, direi mesmo no essencial, aquilo que deveria constar das bases gerais do sistema de ensino. Dou alguns exemplos, como a criação do chamado ensino superior curto, a definição dos terminais do secundário, o ano propedêutico, o ano preliminar, etc., e muitos outros que podíamos referir.

No entanto, uma vez que esta questão consta do Programa do Governo, a pergunta que lhe faria é a seguinte: quando e em que termos, em que prazo, pensa o Governo submeter a debate público essas bases gerais do sistema de ensino? Tanto mais, Sr. Ministro e Srs. Deputados, que o Ministério é caracterizado, acima de tudo, pela falta de debate. Ora, uma vez que aqui se fala em debate público, perguntava-lhe em que termos e em que moldes esse debate público vai ser travado.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, peço-lhe o favor de abreviar.

A Oradora: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

A prova da afirmação que faço, de que o Ministério tem sido contrário a toda a espécie de debate, está aqui na própria Assembleia da República, e encontra-se na própria Comissão de Educação, que desde o dia 10 ou 11 de Março solicitou a vinda de um representante do Ministério de Educação à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, já por duas vezes e através de ofícios, para nos apresentar e expor a política do Ministério em relação ao problema da colocação de professores, e continuamos sem resposta. Daí que a pergunta se justifique.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Sottomayor Cardia.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É uma circunstância feliz que esta questão da lei de bases do sistema edu-

cavito seja tratada nesta Assembleia após uma questão que há pouco aqui foi objecto de discussão, que foi a das sementes. Na verdade, a lei de bases do sistema educativo é uma das mais importantes sementes do futuro de Portugal.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que essa semente não venha como as da Noruega! . . .

Risos.

O Orador: — Bom, Sr. Deputado, eu não referi a proveniência, fiz uma analogia entre a fecundidade que se deve pedir em matéria de sementes, por natureza, e a circunstância da importância futura que esta lei deverá ter. Mas, precisamente, porque se trata de uma lei importante para o futuro do País, o Governo teve a precaução de não se precipitar. Aliás, no Programa do I Governo Constitucional foi dito que só no presente ano lectivo o Governo apresentaria as primeiras medidas com vista a uma reforma geral do sistema educativo. Na verdade, em algo nos adiantamos e várias medidas importantes foram adoptadas, quer pelo anterior Governo, quer por este. Aqui se actuou de acordo com a ideia de que grandes reformas como esta devem ser precedidas de uma experiência. Aliás, porventura, uma das deficiências da nossa tradição, comparativamente com outros países, é que há uma certa ilusão cartesiana de começar pelo princípio e uma certa desvalorização da experiência que deve estar subjacente à definição dos grandes princípios.

É verdade que algumas medidas importantes relativas à reforma do sistema educativo foram tomadas pelo Governo. Algumas em decretos-leis, por esta Câmara ratificados, outras sob a forma de despacho, o que, aliás, não constitui inovação, porque por despacho igualmente se fizeram, antes da posse do I Governo Constitucional e depois do 25 de Abril, muito importantes reformas como, por exemplo, a unificação do ciclo geral do ensino secundário, como a organização em fases do ensino primário e a organização dos magistérios. Isto, para apenas referir algumas que agora me ocorrem. Portanto, essa crítica não é pertinente e esta lei das experiências pedagógicas é de facto uma boa lei, é uma lei que permite, na sua aplicação, que a lei de bases do sistema educativo, quando tiver de ser apresentada, o seja a partir de uma experiência real, de uma equacionação dos problemas concretos.

Para responder à questão que a Sr.^a Deputada coloca terei que dizer que o Governo naturalmente, não vai realizar um debate público porque o debate público é realizado por todos os cidadãos portugueses. O Governo participará, como é seu hábito, nos debates importantes que se suscitem sobre questões de ensino. E, aliás, devo dizer que me agrada a circunstância de a Sr.^a Deputada Zita Seabra se ter interessado por este problema, porquanto, contrariamente ao que parece, neste país discute-se muitíssimo pouco sobre problemas de ensino e mesmo muitíssimo pouco a política de ensino do Governo. Geralmente há uma grande propensão a sobrevalorizar aspectos laborais e há uma desatenção em relação aos aspectos propriamente de política da educação. Portanto, fica claro que o Governo não vai realizar um debate público. Aliás, um debate públi-

co realizado pelo Governo seria necessariamente uma contradição nos termos. O Governo vai, sim, apresentar uma proposta de lei a esta Assembleia que se espera suscite um debate público, que, naturalmente, nascerá de todas as instâncias, de todas as instituições e de todas as organizações que estejam empenhadas em se pronunciar sobre o futuro do sistema escolar que há-de vigorar em Portugal nas próximas décadas, porque disso se trata e não de qualquer reforma pontual.

Quanto ao prazo em que o Governo apresentará a esta Assembleia a proposta de lei, quero informar a Sr.^a Deputada de duas coisas.

Em primeiro lugar, esta lei está a ser elaborada há algumas semanas cuidadosamente, e cada palavra, nesta lei, tem o seu peso próprio e tem havido mesmo a preocupação de tornar esta lei mais concisa, de modo que possa ter estabilidade e possa não comprometer o futuro quanto àquilo que deve ser objecto de regulamentação, mas que possa ser suficientemente clara, de modo a evitar que no futuro se verifiquem, como actualmente, distorções e desarticulações graves no sistema de ensino.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, pedia-lhe o favor de abreviar.

O Orador: — Vou concluir, mas quero dar uma informação à Sr.^a Deputada, relativa à falta de debate. Pois, naturalmente, não tenho o ponto de vista da Sr.^a Deputada. Aliás, ainda no outro dia participei, na televisão, num debate com os sindicatos.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Eu vi, eu vi! . . .

Risos.

O Orador: — Até penso que foi a primeira vez que um membro do Governo participou num debate com sindicatos na televisão. Mas não é isto a que me queria referir, e sim a uma coisa completamente diferente: é que, e muito contrariamente ao sentido da observação da Sr.^a Deputada, já respondi ao Sr. Presidente da Assembleia da República — haverá um atraso da burocracia — que o Ministro da Educação e os membros do Governo que o acompanharem estão inteiramente à disposição desta Câmara para explicar tudo o que diga respeito à abertura do novo ano escolar e à colocação de professores. Simplesmente, dado o modo como este problema foi considerado e valorizado no ano passado, entendo que esse debate se deve fazer aqui, no Plenário da Assembleia da República, e não no segredo das reuniões da Comissão de Educação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro, eu não conhecia realmente uma interpretação em que discussão pública fosse entendida como apresentação de uma proposta de lei à Assembleia da República. É que efectivamente, eu cito-lhe o que diz o Programa do Governo sobre a discussão das bases ge-

rais do sistema de ensino é o seguinte: «Antes de essa proposta ser enviada à Assembleia da República, convirá que se inicie um debate público sobre as principais desarticulações e estrangulamentos do sistema escolar.» E mais à frente diz-se, Sr. Ministro: «O Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério publicará um levantamento de alternativas para discussão pública.»

A nossa pergunta era exactamente sobre isto: Onde estão essas alternativas? Está o Gabinete de Estudos e Planeamento a elaborá-las? Como é que vão ser apresentadas essas alternativas para debate público? O Sr. Ministro falou-me de uma coisa diferente, que é a apresentação aqui, na Assembleia da República, o que não creio que possa ser encarado como um debate público de uma proposta de lei sobre as bases gerais do sistema de ensino. Ora, Sr. Ministro, creio que o Programa do Governo é efectivamente claro, pois fala de várias alternativas. Eu esperava mesmo que o Sr. Ministro fizesse referência a uma alternativa — e pergunto-lhe se o é — que saiu na imprensa, nomeadamente no jornal *Expresso*, que não vi desmentida por nenhuma estrutura do Ministério nem pelo Sr. Ministro, que não será efectivamente nenhum sistema de bases gerais de ensino, mas um articulado com umas quantas considerações genéricas, que, enfim, creio que em nenhum país do Mundo poderá ser considerado como bases gerais do sistema de ensino. É essa a proposta de lei que está a ser estudada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério, como aqui vem referido? É essa uma das alternativas? Quais são as outras e quando é que elas vão ser submetidas a debate público?

É que eu creio, Sr. Ministro, que debate público é entendido, neste país, como audiência dos sindicatos, das associações de estudantes, dos órgãos de gestão eleitos pelas escolas e destas, pela audição dos partidos políticos e das suas organizações de juventude e de tantas e tantas outras estruturas representativas do povo português que poderiam também colaborar e contribuir para que fosse feito um verdadeiro sistema de bases gerais de ensino e não uma experiência qualquer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Cultura.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que o Ministério da Educação não desmentiu uma notícia — não me recordo bem a que se refere — do jornal *Expresso*. Se o Ministério da Educação fosse desmentir as notícias erradas que se publicam a respeito da política do Ministério, não fazia outra coisa. Portanto, o Ministério da Educação tem por norma nunca desmentir. No princípio ainda fez alguns desmentidos, com isso perdeu-se bastante tempo e considero que é da mais elementar economia de actuação que o Ministério não desminha tantos disparates que saem na imprensa ou que são produzidos através de outros meios de comunicação relativamente à sua política. Sobre a circunstância de ter vindo no jornal *Expresso*, quero confessar-lhe, e humildemente o digo perante esta Assembleia, que eu não leio o *Expresso*.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não quero dizer que não passe os olhos por alguns títulos do *Expresso*, mas na verdade não leio o jornal *Expresso*.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Agora há uma questão posta pela Sr.^a Deputada sobre que quero dar um pequeno esclarecimento: a Sr.^a Deputada tem razão ao afirmar que o que eu digo corresponde a uma ligeira modificação daquilo que consta do Programa do Governo.

Risos do PCP.

É exacto, simplesmente eu não aflorei esse ponto porque também essa mesma modificação que foi feita pelo Ministério surge reconhecida na pergunta da Sr.^a Deputada e atribuída ao Governo.

A Sr.^a Deputada diz que o Programa do Governo anuncia que a proposta de bases do sistema de ensino público será submetida a debate público. Ora, de facto não é isso que está no Programa do Governo. Acontece que no Programa do Governo esse problema foi aflorado desta maneira: há várias alternativas, deve haver várias posições sobre o sistema educativo, pois vai fazer-se um debate público que preceda a apresentação de uma proposta de lei sobre a matéria. Ora, precisamente, não há nenhum debate público, ninguém se interessa por este problema, ninguém vem discutir as questões de fundo da política educativa, aquilo que o Governo desejava era que os diversos intervenientes (partidos políticos, sindicatos, associações de pais, de estudantes, etc.) manifestassem a sua própria posição. Mas como tal não aconteceu e como neste país os longos relatórios não têm naturalmente uma importância significativa na política portuguesa, considerei que o facto de o Gabinete de Planeamento publicar 600 páginas sobre esta matéria seria totalmente irrelevante, porque essas 600 páginas não teriam na imprensa, nem na rádio, nem na televisão qualquer relevo comparado com uma reunião de vinte estudantes num liceu qualquer. Por este motivo, porque se trata da necessidade de andar de forma mais acelerada e porque uma das críticas que foi feita ao Programa do Governo foi a de que isso ia retardar a apresentação desta proposta de lei, entendi que o caminho era seguir aquilo que aliás a Sr.^a Deputada referiu e é apresentar uma proposta de lei com vista a debate público.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro, creio que o que está aqui escrito no Programa do Governo não coincide, de maneira nenhuma, com a interpretação que o Sr. Ministro está a dar. Pela sua interpretação nós poderíamos depreender que o debate público de que aqui fala seria uma espécie de debate como o que se fez no Liceu D. Pedro V, que não foi debate: pôs-se uma caixa de correio à porta e quem queria punha as sugestões. Mas o que aqui está escrito é que o Gabinete de Estudos e Pla-

neamento do Ministério publicará um levantamento de alternativas para discussão pública. Não está considerado, no Programa do Governo que estou a ler-lhe, que está aberto o debate público no sentido de quem quiser enviar sugestões para o Ministério. O que aqui está escrito é que este Gabinete apresentará várias alternativas e a opinião pública pronunciar-se-á na base dessas alternativas.

O Orador: — Pois foi isso exactamente que escrevi no Programa do Governo. Simplesmente, depois de eu ter escrito isso e porque o Programa do Governo foi criticado nesse ponto, considerei que o Governo se devia antecipar e que deveria, ele próprio, apresentar uma proposta de lei. É fácil de compreender a razão por que tive tal precaução ao redigir essa passagem do Programa: é que a questão do modelo educativo é uma questão melindrosa. O que eu queria é que as diversas entidades empenhadas no sistema educativo tivessem a iniciativa de apresentar as suas próprias teses. Aliás, e como na altura foi refido por um Sr. Deputado, as questões estão equacionadas no próprio Programa do Governo e não surgiram propostas alternativas. Ora, esta pergunta é sobre isto e repito, porque há pouco a Sr.^a Deputada estava a fazer sinal para me interromper e não ouviu, portanto, aquilo que eu disse, que há um raciocínio político que me parece preciso: se o Gabinete de Planeamento fosse publicar 600 páginas sobre essa matéria, isso não teria qualquer impacte . . .

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — . . . na opinião pública e nem sequer seria lido pelos Srs. Deputados.

Risos do PCP.

Sendo assim, e dada a necessidade de definir as bases do sistema educativo, o Governo tem o ónus de fazer uma proposta que não é precedida desses debates. O Governo não se chama à responsabilidade de apresentar a sua própria alternativa.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado já ultrapassou o tempo previsto, pelo que lhe peço para abreviar.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Eu vou abreviar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, desculpe tê-lo tratado por Deputado. Foi por lapso.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — De modo nenhum, Sr. Presidente. É para mim uma grande honra ser tratado por Deputado, que aliás sou.

Como ia dizendo, isto representa da parte do Governo um empenhamento mais positivo do que aquele que era expresso no Programa do Governo, porque ao Governo seria mais simples mandar equacionar pelos técnicos as diversas alternativas e esperar que os Srs. Deputados, os sindicatos e as associações de pais e de estudantes dialogassem uns com os outros a respeito da diversidade de soluções e reservar para o fim a sua própria posição. Simplesmente, o empenho que existe em dotar o País de um siste-

ma educativo coerente levou-o a passar por cima dessa medida cautelar e a tomar a iniciativa de apresentar uma lei de bases do sistema educativo, o que não seria resolvido convenientemente por um gabinete de estudos. Assim, será discutido e as medidas alternativas que surjam serão tomadas em conta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra para formular a sua última pergunta de hoje.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Uma vez que a minha camarada Alda Nogueira não pode estar presente, formularei ao Sr. Ministro a segunda pergunta, que se refere a uma das questões que, em nosso entender, é também de fundo em matéria de educação e é, ou deveria ser, uma das prioridades a observar. Trata-se exactamente da Lei n.^o 5/77, ou seja, do lançamento da rede de estabelecimentos de ensino infantil.

Antes disso, queria fazer um brevíssimo comentário às afirmações que o Sr. Ministro acabou de proferir, dizendo que nós, o Partido Comunista, não temos nenhuma dúvida de que pelo nosso lado e, certamente, também os professores, os estudantes e os pais deste país nos pronunciariam com prazer, mesmo que fossem várias 600 páginas sobre o sistema de ensino . . . Creio que é um programa demasiado sentido por todos para que as páginas contem e sejam um impedimento a que as pessoas se pronunciem ou leiam atentamente e se debrucem e formulem propostas de alteração dessas 600 páginas.

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à pergunta propriamente dita e que se traduz pela pergunta: para quando a aplicação da Lei n.^o 5/77, eu queria fazer um brevíssimo considerando. Nós formulámos esta pergunta, Sr. Ministro, uma vez que consideramos que com o despacho que recentemente saiu do MEC mais uma vez se cria um remendo, um mau e grave remendo, porque as crianças deveriam merecer da nossa parte e da parte do Estado democrático particular atenção, criando-se o ano preliminar que é antipedagógico. As escolas primárias já estão superlotadas e não têm instalações para comportar essas crianças. Além disso, não estou a ver uma junta de freguesia com uma salinha lá ao lado para meter as crianças do ensino infantil, a não ser que o Ministério possa resolver este problema, como já ouvimos aqui referir, com a televisão, tal como fez com o Propedêutico, embora também não consideremos que este remendo, a televisão, seja efectivamente a aplicação da Lei n.^o 5/77 que esta Assembleia aprovou em boa hora, sob proposta do Governo, e que já foi aprovada há mais de um ano sem que se lhe mexesse, que nós saibamos.

A nossa pergunta era exactamente essa, Sr. Ministro: quando e como pensa o Governo cumprir a Lei n.^o 5/77, aprovada pela Assembleia da República?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Cultura.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com muito prazer que presto algumas informações à Sr.^a Deputada sobre esta tão importante matéria. E, na verdade, esta é uma questão de grande relevo. Simplesmente, quanto a instalações, a Sr.^a Deputada compreenderá que, como sabe, certamente, temos de recorrer áquilo que há, porque não é de um momento para o outro que, num país com as dificuldades que nós temos em matéria de investimentos, se constroem aquelas instalações para jardins-de-infância que nós todos, naturalmente, desejariam que existissem neste país e que hão-de existir. Tenhamos confiança nisso.

Relativamente ao diploma previsto na Lei n.^o 5/77, posso informá-la de que se encontra praticamente concluída a apreciação de um diploma legal, um decreto-lei, que estabelece o estatuto da educação pré-escolar. Relativamente às iniciativas concretas do próximo ano escolar posso informar que as classes oficiais do sistema público de educação pré-escolar se iniciarão em Outubro de 1978.

Relativamente às questões que me colocou sobre o ano preliminar e sobre os estatutos e acolhimento em instalações das autarquias locais, pois, naturalmente, temos consciência de que essa não é a forma ideal de iniciar a educação pré-escolar. É, contudo, a forma possível e estamos convictos de que será um passo que comporta virtualmente alguns riscos que devem ser neutralizados, mas importante, no sentido de dotar o País de um início significativo da educação pré-escolar.

Quanto à criação do ano preliminar, posso informá-la de que entrarão em funcionamento classes dessas em 73 concelhos.

Quanto às estruturas de acolhimento ao nível de autarquias locais, posso dizer-lhe que, até ao momento, dispomos da demonstração de interesse de 58 câmaras municipais. Isto quer dizer que, havendo coincidência em 48 dos concelhos, as experiências serão lançadas em 83 concelhos. Isto não é para pretender que seja muito nem que seja pouco, é a informação que eu tenho para lhe prestar sobre esta matéria.

Relativamente a material, questão mais simples do que a das instalações, estuda-se a possibilidade de fornecimento do material mínimo indispensável ao funcionamento dessas estruturas de acolhimento. Mais importante do que isto, aliás, são as medidas em curso relativas à preparação do pessoal. Com o funcionamento das Escolas Normais de Coimbra e Viana do Castelo, abriu-se uma escola em Viseu. Por outro lado, foram professores ao estrangeiro, os primeiros dos quais partiram para os Estados Unidos, para frequentar o Lesley College em Setembro de 1977.

Finalmente, e quanto à preparação de educadores e professores primários para lançamento da educação pré-escolar, posso informar a Sr.^a Deputada de que se realizou em Lisboa, de 15 a 18 de Fevereiro deste ano, um seminário dirigido por uma especialista francesa na matéria e que se realizará em Lisboa, de 29 de Maio a 3 de Junho, um seminário dirigido por um técnico qualificado do Ministério da Educação francês e que se realizarão seminários por zonas, em Setembro, com os educadores e professores que vão ser destacados para iniciar essas actividades de acolhimento na idade pré-escolar. Queria

ainda lembrar que, desde Janeiro de 1977, estão em curso acções de apoio ao ensino particular, neste domínio.

Finalmente, posso adiantar que está em estudo a criação de quadros destas instituições e que há o projecto de criar o quadro de modo que o custo do seu funcionamento seja incluído no Orçamento Geral do Estado para 1979.

Quanto à reorganização dos serviços, está preparado um projecto de lei que reestrutura os serviços centrais de modo a responder à criação do sistema público de educação pré-escolar, quer no que diz respeito a pessoal de inspecções, quer no que diz respeito a pessoal de orientação. É verdade que não se fez nada de vistoso nesta matéria e é verdade, no entanto, que esta matéria não é uma área em que se possam fazer coisas muito vistosas. Não estou de acordo, por outro lado, em que as autarquias não possam colaborar eficazmente nesta iniciativa e congratulo-me pela circunstância de diversas delas terem manifestado a sua concordância em colaborar com o Governo no lançamento de estruturas de acolhimento para a infância.

Quanto à questão que levantou há pouco dos relatórios do Gabinete de Planeamento, devo informá-la de que serão publicados os relatórios que sejam convenientes para uma apreciação cabal e fundamentada das diversas alternativas que surjam em relação ao sistema educativo na sua globalidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra, para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Só duas ou três breves considerações e questões à intervenção do Sr. Ministro.

Em primeiro lugar, queria salientar que nas perguntas que lhe colocámos dissemos que não tinham por objecto esse tal ano preliminar. Nós não consideramos que ele seja a aplicação da Lei n.^o 5/77, mas sim um remendo que tem graves problemas pedagógicos e que é uma solução antipedagógica. O Sr. Ministro referiu que já tem a colaboração de algumas autarquias e é positivo que assim seja, e que iria iniciar-se esse tal ano preliminar em 1978. Pergunto-lhe: com docentes preparados onde? Os professores primários não estão preparados e não é daqui até Outubro de 1978 que se vai fazer a adaptação de professores primários a um tipo de ensino completamente diferente e para o qual não tiveram nenhuma preparação.

Creio que o Sr. Ministro falou em toda a sua intervenção num curíssimo prazo, falou nesse tal remendo para o próximo ano e não equacionou aquilo que deveria estar desde já nos planos do Governo: a solução deste problema, a solução efectiva com medidas que façam a cobertura do País através de uma rede oficial de jardins-de-infância, com pessoal preparado e com instalações próprias. Como o Sr. Ministro sabe, as instalações próprias são neste caso mais dificeis e mais exigentes do que, por exemplo, a instalação de uma escola primária, que já têm, muitas delas, quatro classes a funcionar ao mesmo tempo. Poderá ser até uma solução que vai agravar a situação em que se encontram estas crianças e que as vai marcar. Lembro-lhe, Sr. Mi-

nistro, que se trata de jovens numa idade particularmente delicada, em que um remendo marcará profundamente toda a sua formação.

Nós não vimos no Orçamento medidas para a concretização da Lei n.^o 5/77, e trata-se de uma lei que precisa de verbas para poder ser executada. Se no nosso país se vive uma situação difícil e se tem de se estabelecer prioridades na aplicação de gastos, esta é, sem dúvida, uma delas, no entender do meu partido. Nós realizámos há bem pouco tempo um encontro sobre esta matéria, e uma das conclusões que mais foi debatida e que mais foi acentuada pelos muitos delegados vindos de todo o País foi precisamente a da necessidade de uma rede oficial do ensino infantil.

Eu não lhe perguntava o que é que está a ser feito para este remendo, mas o que é que está a ser feito para a aplicação da Lei n.^o 5/77, para a formação do pessoal docente, para a reciclagem dos professores primários que estão no desemprego e que, uma vez reciclados, podem dar um contributo importante na aplicação desta lei e até na aplicação do remendo que o Sr. Ministro referiu, mas não poderão fazê-lo se não tiverem uma preparação adequada — e não é com um seminário de 15 a 18 de Fevereiro que isso se consegue, mas sim com um estudo maior e mais acentuado, atendendo à delicadeza deste problema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Cultura.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura: — Agradeço-lhe muito a oportunidade de esclarecer o sentido da minha resposta. Nunca imaginei que se perguntasse ao Governo, para responder em cinco minutos, qual a sua estratégia de fundo em relação a uma questão destas e que se pretendesse que em cinco minutos isso fosse respondido de modo cabal. O Governo está à disposição desta Assembleia para discutir aqui, quando ela entender, os problemas que se colocam relativamente às condições de lançamento da educação pré-escolar.

Relativamente ao que a Sr.^a Deputada disse: por um lado, houve um aumento de verbas no Orçamento deste ano para esta actividade; em segundo lugar, aquilo a que chama remendos não são remendos, são experiências que contêm dificuldades e que correspondem a um início de lançamento.

Também não é exacto que haja sido descurada a preparação de professores primários para efeitos de conduzirem a educação pré-escolar. Nós sabemos que são coisas distintas a educação pré-escolar e o ensino primário e por isso se procederá a acções de preparação de professores primários que o queiram ou que não tenham vaga no ensino primário, com vista a habilitá-los a ocuparem-se da educação pré-escolar.

Possuo informá-la de que o ano preliminar só funcionará onde houver salas e não funcionará com prejuízo do ensino primário.

Quanto à questão do futuro, posso dizer-lhe que será equacionada de uma forma mais precisa, a partir do estatuto da educação pré-escolar de que dirá que o Governo demorou um ano a elaborar, mas a verdade é que demorou um ano a pensar, a refletir, a elaborar e a informar-se sobre a matéria e

teremos assim um ponto de partida sólido para a discussão de todos os problemas relativos à rede escolar, à preparação pedagógica, à questão dos subsídios, às relações entre a iniciativa particular e a iniciativa pública.

Queria dar-lhe conta de que está em estudo adiantado, para decisão próxima, a reconversão de escolas do magistério primário em escolas destinadas à preparação de educadores de infância. É uma medida que até negativamente se impõe, porquanto há muitas escolas do magistério primário que são procuradas por um número escassíssimo de candidatos, não se justificando que haja escolas com uma frequência tão diminuta. Com algumas alterações e adaptações, essas escolas poderão ser reconvertidas em escolas para a formação de educadores de infância.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Isso já estava previsto em 1976, o Sr. Ministro cancelou essa medida e anunciou-a numa reunião da Comissão de Educação e Cultura em que eu estava presente.

O Orador: — Não é isso, Sr.^a Deputada, trata-se de reconverter, não se trata de justapor. É preciso não confundir a formação dos educadores de infância com a formação de professores primários. É necessário reconvertir determinadas escolas ou criar outras de raiz, que sejam escolas de educadores de infância. Se a Sr.^a Deputada me diz que essa medida teria prejudicado o arranque da formação de educadores de infância, respondo-lhe que não entendo por que motivo é que considera um remendo o lançamento da educação pré-escolar em estruturas de acolhimento que não sejam elas próprias jardins-de-infância.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O Orador: — Parecer-me-ia muito pior que o remendo se fizesse mais ao nível da formação dos educadores que ao nível do remendo que se vai fazer no acolhimento das crianças. É muito mais importante e é preferível que as crianças estejam em instalações precárias e entregues a pessoas que não têm a qualificação mais perfeita para as receber do que andarem pela rua, em risco de serem atropeladas ou em risco de sofrerem acidentes.

A Sr.^a Alzira de Lemos (PS): — Muito bem!

O Orador: — É isso que corresponde à preocupação do Governo, mesmo com algum prejuízo da teoria fundamental da filosofia que define a educação pré-escolar: lançar as bases para o acolhimento às crianças em idade pré-escolar. Grave seria se o remendo se fizesse ao nível da formação dos técnicos que serão no futuro e toda a vida (e não durante um ano, dois ou três) profissionais encarregados de conduzir a educação pré-escolar.

Foi este remendo que o Governo anterior não aceitou que se iniciasse.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, amanhã não há Plenário, mas há reuniões de comissões.

A ordem do dia para quinta-feira é a continuação da ordem do dia de hoje, ou seja: discussão na generalidade e votação do projecto de lei n.º 45/I — ensino superior no Algarve; ratificação do projecto de lei n.º 21/I — ensino superior curto; ratificação da proposta de lei n.º 121/I — pacto sobre direitos cívicos e políticos; ratificação da proposta de lei n.º 123/I — pacto sobre direitos económicos e sociais.

Quinta-feira, às 10 horas, haverá reunião dos presidentes dos grupos parlamentares.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Magalhães da Silva.
António Miguel Moraes Barreto.
Armando F. C. Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Abel Simões.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florival da Silva Nobre.
Francisco António Marcos Barracosa.
Herculano Rodrigues Pires.
João da Silva.
João do Rosário Barrento Henriques.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
Luís José Godinho Cid.
Luís Patrício Rosado Gonçalves.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Augusto de Jesus Lima.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
Manuel da Mata de Cáceres.
Manuel Pereira Dias.
Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
Mário Cal Brandão.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
Rui Paulo do Vale Valadares.
Sérgio Augusto Nunes Simões.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Amantino Marques Pereira de Lemos.
António Coutinho Monteiro de Freitas.

António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 Armando António Correia.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Francisco Braga Barroso.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 Jorge Ferreira de Castro.
 Jorge de Figueiredo Dias.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Domingos da Silva Pereira.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Mendes Tavares.

Partido Comunista Português (PCP)

Américo Lara Leal.
 Jaime dos Santos Serra.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Mário Carlos Gomes.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Deputados que faltaram à sessão:**Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Álvaro Monteiro.
 António Cândido Macedo.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Sanches Esteves.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Luís Duarte Fernandes.
 João Luís Tavares de Medeiros.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Luís do Amaral Nunes.

José Manuel Medeiros Ferreira.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Manuel Barata Portugal.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 José Ferreira Júnior.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Carlos Martins Robalo.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Lino Carvalho de Lima.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Vital Martins Moreira.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos.*

PREÇO DESTE NÚMERO 19\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA